



CYNTHIA OZON BOGHOSSIAN  
MALCOLM BUSH

**ESPAÇOS SEGUROS**  
PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA  
**NA ROCINHA**  
RESULTADOS DA PESQUISA



ciespi

em convênio com



PUC  
RIO



Bernard  
van Leer  
FOUNDATION

OAK  
FOUNDATION



ciespi 

centro internacional de estudos e pesquisas sobre a infância  
international center for research and policy on childhood

---

em convênio com **PUC**  
RIO

COMPROMISSO COM AS INFÂNCIAS DO MUNDO

RIO DE JANEIRO, OUTUBRO DE 2016

A pesquisa foi desenvolvida por Cynthia Ozon Boghossian e Malcolm Bush, com participação de dois outros profissionais da equipe do CIESPI/ PUC-Rio: Nathercia Lacerda e Antônio Firmino. A pesquisa é parte do projeto “Infância sem violência: uma meta para o Rio”, com apoio da Fundação Bernard Van Leer, sob a coordenação de Irene Rizzini, Malcolm Bush e Maria Cristina Bó. Revisão de Paula Caldeira.

# SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	4
<b>1. O PROBLEMA</b> .....	6
<b>2. ROCINHA</b> .....	8
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	13
<b>4. ESPAÇOS SEGUROS</b> .....	15
<b>5. O QUE EXISTE NA COMUNIDADE</b> .....	17
5.1. Panorama das instituições .....	17
5.2. Características detalhadas das instituições a partir de amostra intencional .....	19
5.2.1. Fundação .....	21
5.2.2. Atividades e ofertas .....	22
5.2.3. Atenção à saúde .....	25
5.2.4. Vagas e inscritos .....	29
5.2.5. Forma de inscrição e seleção .....	32
5.2.6. Equipes .....	35
5.2.7. Financiamentos .....	37
5.2.8. Acesso .....	40
<b>6. O QUE É NECESSÁRIO PARA MELHORAR OU AMPLIAR OS ESPAÇOS EXISTENTES?</b> .....	42
<b>7. AS INSTITUIÇÕES PARA CRIANÇAS DE 0 A 8 ANOS NA ROCINHA SÃO ESPAÇOS SEGUROS?</b> .....	46
7.1. Fatores de segurança nas instituições .....	47
7.2. Fatores de insegurança nas instituições .....	48
<b>8. OS ESPAÇOS EXTERNOS NA ROCINHA SÃO SEGUROS PARA CRIANÇAS DE 0 A 8 ANOS?</b> .....	54
8.1. Espaços frequentados pelas crianças .....	55
8.2. Fatores de insegurança dos espaços externos .....	57
<b>9. COMO TORNAR OS ESPAÇOS DA ROCINHA MAIS SEGUROS PARA CRIANÇAS DE 0 A 8 ANOS?</b> .....	62
9.1. As instituições .....	63
9.2. Os espaços externos .....	64
9.3. Síntese das recomendações .....	66
<b>10. REFLEXÕES PARA OS PRÓXIMOS PASSOS</b> .....	68
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	73
<b>SITES CONSULTADOS</b> .....	73

# APRESENTAÇÃO

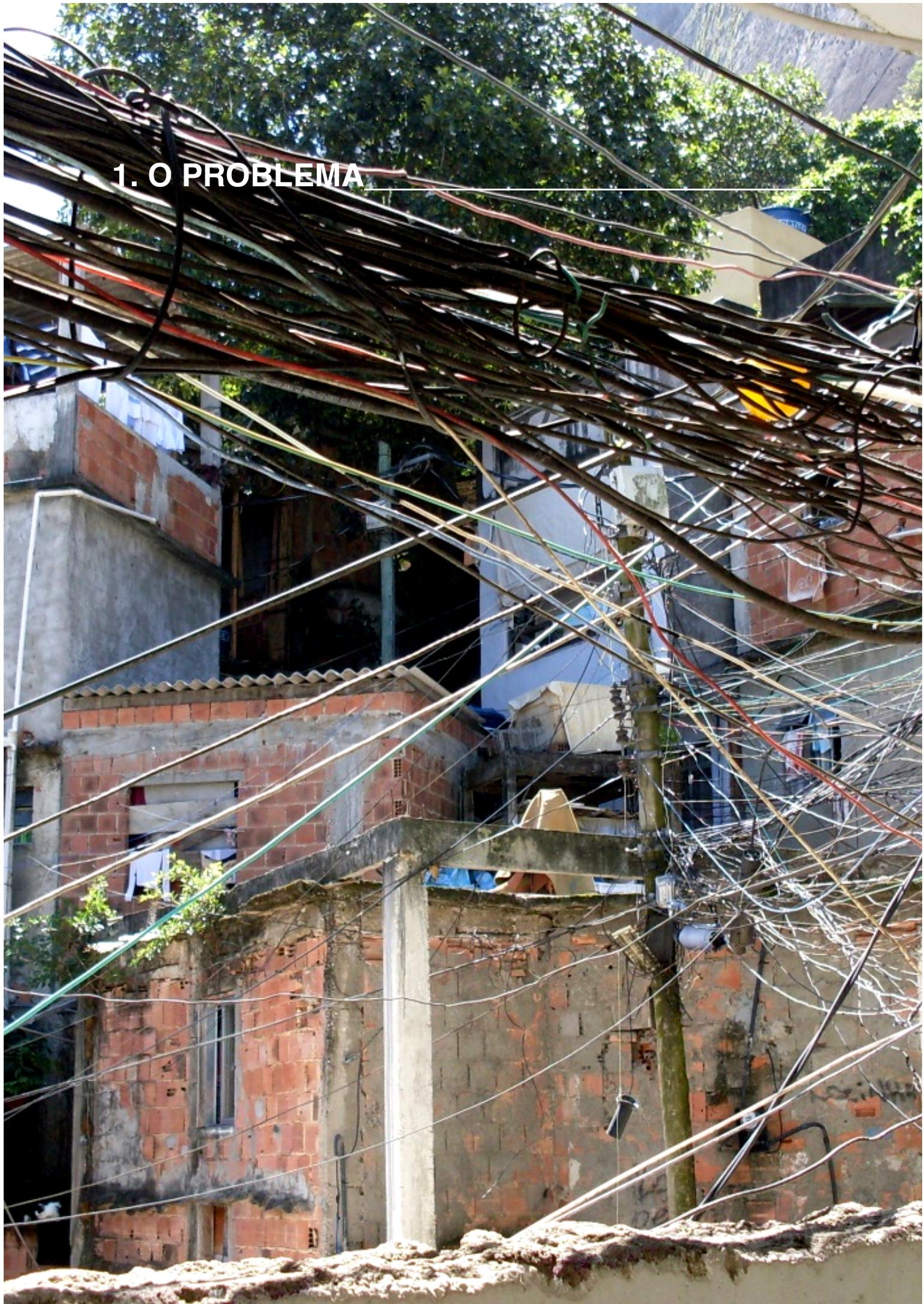
---



Este estudo focaliza a precária situação da primeira infância que vive em comunidades de baixa renda no Brasil. Descreve os locais onde podem brincar e aprender, fora de sua própria casa, e faz recomendações sobre como melhorar e multiplicar esses espaços.

O local específico onde se desenvolve essa pesquisa é a extensa e populosa favela da Rocinha, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Mas seus achados aplicam-se a numerosas comunidades como essa ao longo do Brasil. O aspecto particular de vulnerabilidade que preocupa os autores desse estudo é a insuficiência de espaços seguros para as crianças de 0 a 8 anos aprenderem, brincarem e se desenvolverem saudavelmente em comunidades como a que estudamos aqui e em outras ainda menos providas de serviços e equipamentos sociais, distribuídas por todo o país.

# 1. O PROBLEMA



Décadas de estudo sobre a primeira infância demonstram a importância fundamental do contexto de vida para o desenvolvimento infantil. Especialmente a pobreza, o estresse, o saneamento precário e a violência podem acarretar sérios danos para o seu desenvolvimento, afetando até mesmo estruturas do cérebro ainda em formação. O fato de muitas crianças viverem no Brasil em tais circunstâncias ameaça não apenas as crianças, como também as famílias, as comunidades e a capacidade futura de desenvolvimento do país.

Certas características de comunidades urbanas de baixa renda comprometem seriamente o bem-estar das crianças na primeira infância. Dentre elas, destacam-se a ampla concentração da pobreza e altos níveis de violência armada, decorrente de confrontos entre grupos rivais do tráfico, milícias e forças policiais que agem na contração dos direitos humanos. Muitas dessas comunidades, por razões históricas, cresceram desordenadamente e desprovidas de estrutura urbana adequada. Estabeleceram-se de forma ilegal em terrenos desvalorizados por sua distância e geografia, e sem permissões formais para construção, nem títulos de propriedade. A falta de planejamento urbano afeta o fornecimento de água, esgoto, eletricidade e coleta de lixo. Apesar de alguns desses serviços se fazerem hoje presentes em algumas comunidades, eles costumam ser irregulares, não atingindo todos os domicílios. As casas costumam ser pequenas e muito próximas umas das outras, conectadas por becos e vielas em prejuízo da ventilação e da iluminação. As pessoas empregadas atuam, em sua maioria, no mercado informal, sem garantias trabalhistas básicas como salário mínimo, férias ou licença maternidade/paternidade. A rede de transporte público é deficitária, passando-se horas no trajeto casa-trabalho-casa, tempo roubado do convívio com as crianças. A precariedade das condições de vida, de estrutura e de serviços nos espaços populares torna frequentemente difícil a convivência e o cuidado adequado com as crianças. A presença de violência armada nos espaços externos e a insuficiência de espaços adequados para as crianças brincarem fora de suas casas constituem riscos consideráveis no contexto estudado. Sabe-se que os espaços externos para o lazer trazem inúmeros benefícios. As crianças podem desfrutar de ar fresco e luz solar,

imprescindíveis para a saúde, além de se divertir e relaxar das tensões que fazem parte da vida, especialmente em contextos adversos.

É importante frisar que a expressão “espaços seguros” é controversa numa comunidade em que nenhum lugar demonstra ser seguro de forma estável e integral. Por essa razão, a noção será discutida mais adiante no tópico 4. “Espaços seguros”.

## ROCINHA

---



A comunidade na qual se realiza esse estudo é a Rocinha, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A Rocinha foi escolhida por ser uma comunidade representativa no contexto da cidade, e onde o CIESPI tem conexões de longa data com líderes comunitários e agentes institucionais, alguns dos quais já tendo atuado como colaboradores em trabalhos anteriores. O CIESPI proveu por muitos anos

assistência técnica para organizações comunitárias da Rocinha, particularmente organizações envolvidas com atividades culturais para crianças.

A primeira favela no Rio de Janeiro foi fundada em 1897 por soldados federais de volta à cidade, após uma rebelião ocorrida no nordeste do país. Eles não tinham onde morar, então começaram a construir suas moradias em encostas de morros onde havia terrenos disponíveis e sem valor imobiliário. Grande parte dos residentes dessas áreas era formada por imigrantes nordestinos fugindo das secas, especialmente do estado da Paraíba. As comunidades cresceram à margem da infraestrutura urbana da cidade e de forma ilegal, sem autorização para ocupação, nem títulos de propriedade. A Rocinha começou a se estabelecer na segunda metade do século XIX, mas seu maior crescimento deu-se nos anos 1920 e 1980.

O número de moradores da Rocinha não pôde até hoje ser definido com precisão devido ao quantitativo de residentes temporários e aos desafios do território que põem em questionamento a contagem do censo de 2010. Baseado nos números existentes, a população somaria hoje, aproximadamente, 100.000 habitantes<sup>1</sup>. A alta densidade demográfica é a principal característica da comunidade. Distribuída ao longo da larga encosta do morro e espreado-se por morros vizinhos, faz fronteira com os bairros da Gávea, São Conrado e Vidigal. A comunidade tem quatro ruas principais de asfalto, estreitas, e a maioria dos moradores acessa suas casas por becos e vielas. As ruas são lotadas de ônibus, carros e motocicletas, sendo assim muito perigosas para a circulação de pedestres (GLENY, 2015). Entre os censos demográficos de 2000 e 2010, o número de moradores aumentou de 17000 para 25000, com um crescimento de 44%. No mesmo período, no Rio de Janeiro como um todo, o crescimento foi de 13%. Treze por cento das casas da Rocinha têm de 3 a 5 moradores. Enquanto 32% das casas do Rio têm dois ou mais banheiros, apenas 7% das casas da Rocinha apresentam essa condição<sup>2</sup>. Apesar de a comunidade ter variados tipos de áreas residenciais, uma forma predominante é

---

<sup>1</sup> A fonte da maior parte das informações sobre a Rocinha é o Relatório de Diagnóstico Urbano, Ambiental e Social da Rocinha, de 2012.

<sup>2</sup> Leitores estrangeiros devem atentar que mesmo as residências de baixa renda no Brasil com frequência têm mais de um banheiro.

caracterizada por casas à beira dos becos, de 2 ou 3 andares, com degraus íngremes e pisos de 2 metros quadrados. Noventa e três por cento dos moradores têm que usar becos e escadas frequentemente inundados e com acúmulo de lixo para o acesso ao transporte público. A rua da comunidade conhecida como Valão, por exemplo, é ainda um esgoto a céu aberto. Dentro desse padrão denso de ocupação, as famílias vão construindo mais andares para acomodar novos membros, criando lajes sem proteção, que são usadas para atividades de lazer e serviço. Apenas 30% das casas recebem correspondência no próprio endereço.

A perspectiva dos moradores sobre a comunidade reflete o contexto descrito. Quarenta e dois por cento de entrevistados em pesquisa sobre a Rocinha<sup>3</sup> reclamaram de pouca luz natural e da precária ventilação de suas casas. Quarenta e oito por cento reclamaram da falta de espaço dentro de casa e 30% do alto barulho das ruas e da vizinhança. Essas preocupações são facilmente entendidas ao se contemplar as consequências que têm para a saúde dos moradores. Enquanto o Brasil tem uma taxa de infecção por tuberculose de 35.5 por 100.000 habitantes, a taxa da Rocinha é de 380 por 100.000. O Brasil tem a mais alta taxa de hanseníase depois da Índia, sendo que as taxas da Rocinha estão entre as mais altas, internamente. O Brasil concentra 50% dos casos de dengue mundiais e o Rio de Janeiro, 70% dos casos brasileiros, prevalentes em comunidades de saneamento precário e alta densidade populacional, como a Rocinha.

Na falta de espaços externos adequados para a primeira infância, as lajes muitas vezes são alternativa à rua, sendo incontáveis os acidentes de queda, muitas vezes fatais. No território mais esparsa que margeia a comunidade, próximo a áreas íngremes e de mata, outros perigos se configuram, como a dificuldade de acesso, a infraestrutura precária e o ponto de fuga ou “desova”<sup>4</sup> por parte dos grupos armados locais.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://rocinhafavela.weebly.com/health-issues.html>>.

<sup>4</sup> Na linguagem coloquial, significa o ato de fazer desaparecer (ocultar) cadáveres e também carros ou outros objetos adquiridos de modo ilícito (Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>).

Quanto à renda, a Rocinha contrasta mais uma vez com o município, pois 70% dos domicílios apresentam renda *per capita* de um salário mínimo ou menos, enquanto no Rio de Janeiro essa condição corresponde a 38% das casas. Considerando a educação, 56% dos moradores da comunidade não completaram o ensino fundamental, comparados a 31% no Rio de Janeiro.

A Rocinha tem como limite, ao sul, o túnel Zuzu Angel, que se transforma na Autoestrada Lagoa Barra, ligando os bairros da Zona Sul da cidade à Barra da Tijuca, bairros de classe média e alta. Inúmeros estabelecimentos comerciais de pequeno porte distribuem-se ao longo das vias que fazem margem com essa estrada, distribuídos também por toda a comunidade, principalmente em suas vias principais.

A poder público da cidade desenvolveu importantes intervenções urbanísticas na Rocinha. As mais recentes - PAC 1 (2007 - 2010) e PAC 2 (2010) - tiveram objetivos ambiciosos, diversas melhorias, mas resultados ainda insatisfatórios para os moradores. Melhorias notáveis foram o calçamento de algumas ruas e a construção do Complexo Esportivo na base oposta do morro, que será detalhado no relatório. A Biblioteca Parque foi também iniciativa pública importante e inovadora, mas enfrenta desafios em seu funcionamento pela instabilidade no repasse de fundos.

A nova política de segurança pública do Estado - Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) - foi instalada na Rocinha em novembro de 2012. A política das UPPs objetivou trazer policiamento regular para espaços populares afetados pela violência ligada ao tráfico de drogas, num esforço sem precedentes no Rio de Janeiro. O processo começou na Rocinha com uma ocupação do território então dominado por traficantes de drogas por forças militares, seguido de um modelo de policiamento comunitário visando assegurar a ordem e a diminuição da violência armada. Instaladas em várias comunidades, as UPPs têm como ponto positivo a redução dos homicídios por arma de fogo nas favelas. Porém, outros problemas têm despontado, como o controle excessivo da vida cotidiana, violações de direitos humanos e o acirramento dos confrontos. Eles foram enfatizados pelos moradores nessa

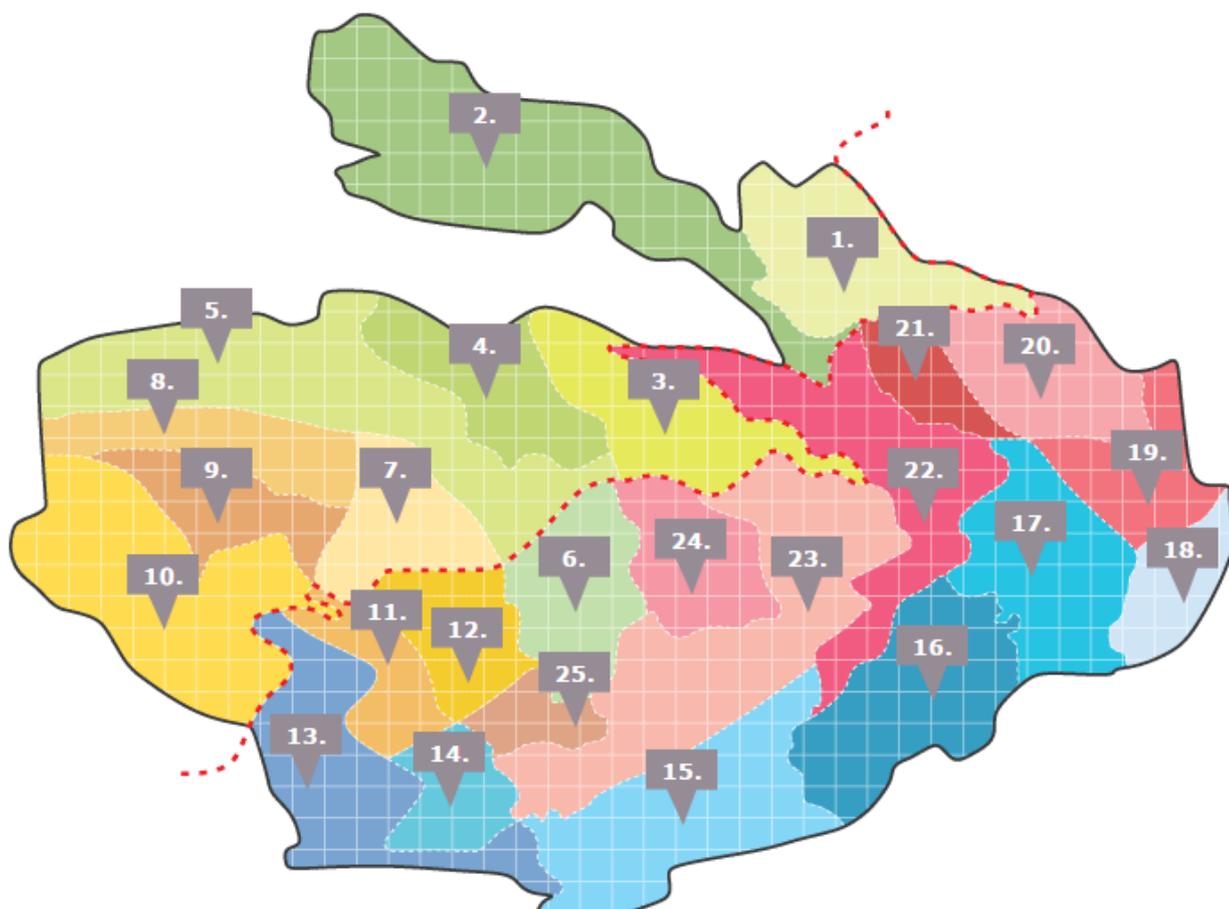
pesquisa, pois trouxeram um recrudescimento da violência, representada principalmente pelos frequentes tiroteios a qualquer hora do dia.

A Rocinha é conhecida por sua história de intensa luta e mobilização dos moradores contra as remoções e por melhorias de sua infraestrutura e dos serviços públicos, o que vêm gerando frutos desde os anos 1970. Protestos, mutirões e movimentos como o das mães crecheiras marcaram a comunidade, como ilustrado pelo Varal de Lembranças da Rocinha (1983). Conquistas importantes foram acontecendo desde então, como melhorias no saneamento e na urbanização, abertura de creches, escolas, criação de rádio e jornal locais, construção da passarela, abertura de uma agência de correios e de uma região administrativa, construção das unidades de saúde, até as mais recentes: uma biblioteca e um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI). Hoje, dentre as favelas do Rio de Janeiro, a Rocinha é uma das que contêm o maior número de instituições públicas e privadas prestando serviços à população, fruto das lutas de seus moradores e de sua impactante presença no coração da zona sul da cidade. Hoje a Rocinha é mostrada até mesmo como um cartão turístico do Rio de Janeiro. Mas, nem por isso oferece aos seus mais jovens moradores espaços e condições de vida saudáveis, como constatado nessa pesquisa.

# 3. METODOLOGIA

- Mapas
- Mapa Afetivo 2010
- Mapa de Dinâmica 10
- Mapa Riscos 2010
- Mapa Espaços Abertos

Home > Cartografia > Cartografias > Rocinha > Mapas > Mapa Espaços Abertos



Os dados e informações usados nessa pesquisa vieram de fontes variadas. O CIESPI vem coletando dados sobre a Rocinha nos últimos anos e reúne em seu site e em sua sede parte da memória cultural e histórica dessa comunidade e dos trabalhos nela desenvolvidos.

No ano de 2010, por exemplo, o CIESPI conduziu uma pesquisa sobre crianças pequenas na Rocinha, ligada a uma organização internacional. Outros projetos do CIESPI envolveram grupos focais com moradores adultos e jovens, como constatado no vídeo *A corda bamba*, que retrata o cotidiano no local<sup>5</sup>.

Especificamente para esse estudo, o CIESPI elaborou um Censo dos espaços voltados para crianças de 0 a 8 anos na Rocinha e uma amostra intencional que serviu de base para o desenvolvimento de 17 entrevistas com os coordenadores desses espaços. A elaboração do Censo baseou-se na experiência e no conhecimento da equipe do CIESPI que trabalha e/ou mora na Rocinha, em mapas construídos por ocasião de projetos anteriores, além de listagens publicadas por outras instituições. A amostra foi organizada de forma a contemplar tipos diferentes de instituições, incluindo creches, escolas, espaços e grupos religiosos, esportivos e culturais, com distribuição por todo o território. A equipe do projeto entrevistou os coordenadores utilizando um questionário com tópicos sobre clientela, atividades, financiamento, estrutura, dificuldades, segurança e melhorias desejadas, além de uma avaliação da Rocinha e de suas instituições como espaços seguros, ou não, para crianças pequenas.

---

<sup>6</sup> Disponível no site do CIESPI: <<http://www.ciespi.org.br>>.

## 4. ESPAÇOS SEGUROS

---



Os pesquisadores iniciaram esse projeto com a noção de que as crianças da Rocinha tinham necessidade premente de espaços seguros fora de suas casas para o seu bom desenvolvimento. A premissa é verdadeira, porém, é muito difícil definir o que seria um “espaço seguro”, levando em consideração um contexto comunitário de diversas e significativas “inseguranças”.

As crianças da Rocinha enfrentam fora de casa o risco permanente das chamadas “balas perdidas” - conceito hoje questionado em vista da negligência com relação a sua ocorrência e sua frequência. O nível de violência oscila em função de fatores como as disputas e trocas de lideranças dos grupos armados, políticas de segurança em curso, entre outros. Segundo um dos profissionais do CIESPI, morador da comunidade, traficantes chegam a escolher pontos de revenda próximos a creches e escolas, considerando que a polícia evitaria trocas de tiros nesses espaços. Os dados coletados por essa pesquisa confirmam a presença atual de grupos armados no acesso às instituições, mas identificam não haver cuidado das forças policiais na proteção desses espaços, pois as trocas de tiros têm ocorrido em qualquer hora e local. Considerou-se também ter havido no passado maior preocupação dos comandos de tráfico de drogas com os horários e locais de circulação das crianças, dentre as quais estariam seus próprios filhos. Mas hoje, com a mudança desses grupos e menor vinculação com a comunidade não ocorre sequer esse tipo de “cuidado”.

Buscou-se nessa pesquisa identificar e conhecer os espaços em que as crianças frequentam fora de casa razoavelmente seguros, em seu sentido mais amplo, no contexto de uma comunidade insegura em termos ambientais, estruturais e de segurança pública propriamente dita. Quais seriam, portanto, as condições existentes e aquelas almejadas para que tais espaços propiciem o desenvolvimento mais saudável das crianças da Rocinha?



## 5. O QUE EXISTE NA COMUNIDADE \_\_\_\_\_

### 5.1. Panorama das instituições

A Rocinha destaca-se no cenário de favelas cariocas por seu amplo equipamento social e pela vasta presença de iniciativas socioculturais. Essa característica foi observada na realização do Censo das instituições que atuam com crianças de 0 a 8 anos, foco dos parágrafos a seguir. Porém, esse número revela-se ainda insuficiente face às demandas apresentadas pelo montante da população e pelas peculiaridades do território.

Nesse estudo foram identificadas 60 instituições com atividades voltadas para crianças de 0 a 8 anos com características bastante diversas quanto a sua origem, natureza dos fundos e atividades. Seguramente, além dessas, outras instituições

existem, algumas bem pequenas, incipientes ou em espaços domésticos que recebem informalmente crianças com um ou mais adultos para esse cuidado. A listagem realizada inclui a maioria das organizações conhecidas e estabelecidas institucionalmente. No caso da educação, a mesma instituição pode ser creche, pré-escola e escola. Embora seja difícil criar categorias claramente diferenciadas, podem ser organizadas da forma a seguir:

**Tabela 1 - Distribuição das instituições por área de atividade e características**

ÁREA DE ATIVIDADE	Nº	CARACTERÍSTICAS	Nº
Educação Formal	34	Creche	21
		Espaço de Desenvolvimento Infantil EDI	1
		Pré-escola	16
		Escola	4
Esporte	8	Grupo ou escola	7
		Complexo Esportivo	1
Arte e cultura	8	Escola de dança / música / artes	4
		Grupo	3
		Biblioteca	1
Religiosa	5	Iniciativas variadas voltadas para crianças de 0 a 8 anos	5
Saúde	5	Unidade de saúde	4
		Grupo de promoção da saúde	1

Observa-se maioria de instituições atuando na área de educação formal. Revela-se também a importante presença de iniciativas e espaços voltados para arte, cultura e para o esporte, parte dos quais com declarada finalidade social, sendo gratuitos para os moradores da comunidade. São voltados para a valorização dos talentos locais, abertura de oportunidades, ampliação da consciência social e ambiental. Como

exemplo, os projetos Acorda Capoeira, Pequenos Poetas da Rocinha e Escolinha de Bodyboard<sup>6</sup>.

As instituições públicas que contemplam crianças de 0 a 8 anos na Rocinha são: 3 escolas, 3 Clínicas da Família, 1 UPA e 3 creches, sendo um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI), além do Complexo Esportivo e da Biblioteca Parque, esses 2 últimos implantados pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, totalizando 12 instituições.

Há também 15 instituições particulares que atuam com fundos públicos, em geral de forma mista. As creches conveniadas totalizam 13, recebendo da Secretaria Municipal de Educação um valor *per capita* por criança atendida e obedecendo a uma série de condicionalidades. Os Pontos de Cultura, por sua vez, recebem valor fixo do Governo Federal, por ano, para desenvolver projetos previamente aprovados. Há inúmeras igrejas na Rocinha de diferentes denominações religiosas. Foram contabilizadas aquelas com atividades específicas para crianças de 0 a 8 anos, além do ensino religioso propriamente dito.

Para todas as áreas deve-se ressaltar que o número de instituições com atividades para a faixa etária considerada é bastante variável, posto que muitas delas encerram atividades pela falta de financiamento temporária ou permanente, mas, também, criam-se novas ou retomam-se projetos para a primeira infância. Portanto, o número identificado aqui não deve ser tomado como absoluto, e sim como um número médio que sirva de referência.

## **5.2. Características detalhadas das instituições a partir de amostra intencional**

Para conhecer melhor o funcionamento das instituições e responder às questões dessa pesquisa foram entrevistados os coordenadores de 17 instituições, a partir de uma seleção inicial de 26 espaços/iniciativas. Constituiu-se assim uma amostra intencional e não estatística, pois não se levou em consideração uma

---

<sup>6</sup> Disponíveis em vídeos em “Tagarela”: <<https://www.youtube.com/watch?v=c-8CyorU39E>>.

representatividade numérica, mas sim uma análise de sua capacidade de sustentabilidade e originalidade, além de sua importância, diversidade e distribuição por todo o território. Na tabela 2 apresenta-se a descrição das instituições da amostra.

**Tabela 2 - Distribuição das instituições da amostra por área de atividade e características**

ÁREA DE ATIVIDADE	Nº	CARACTERÍSTICAS	Nº
Educação Formal	12	Creche	7
		Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI)	1
		Pré-escola	2
		Escola	4
Esporte	1	Grupo ou escola	1
		Complexo Esportivo	0
Arte e cultura	3	Escola de dança / música / artes	2
		Grupo	0
		Biblioteca	1
Religiosa	1	Iniciativas de várias áreas voltadas para crianças de 0 a 8 anos	1
Saúde	0	Unidade de saúde	0
		Grupo de promoção da saúde	0

Nem todas as instituições selecionadas puderam ser entrevistadas. As unidades de saúde requeriam procedimentos burocráticos para realização das entrevistas que se sabe demorados e nem sempre eficazes, extrapolando o tempo disponível para a pesquisa. As Clínicas das Famílias são instituições voltadas para todas as faixas etárias e com padronização de serviços ofertados, sendo, portanto, descritas no tópico **5.2.3. Atenção à saúde.**

O *Complexo Esportivo da Rocinha*, considerado um importante espaço de frequência de crianças a partir de 4 anos, também apresentou impedimento para realização da entrevista no tempo estipulado. Situa-se do lado oposto ao da

comunidade, próximo à autoestrada Lagoa-Barra. Segundo informações disponíveis em seu site, ocupa um terreno de 15 mil metros quadrados, com duas piscinas, campo de futebol, quadra poliesportiva, espaço para lutas e pista de skate, além de espaço para prática de judô, por meio de parceria com o Instituto Reação. Foi inaugurado em 2010 e conta hoje com cerca de 4.800 alunos de todas as idades, matriculados nas atividades esportivas ofertadas. Para crianças de 0 a 8 anos são oferecidas 55 turmas (ao todo) nos esportes: natação, futebol de salão e de campo, skate, capoeira, ginástica artística, vôlei e surf. O complexo é gerido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Esporte e da Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro (SUDERJ).

Algumas instituições religiosas inicialmente selecionadas não apresentaram disponibilidade para realização das entrevistas, restringindo-se a apenas uma denominação a participação nessa pesquisa.

Apesar de não ter sido possível realizar algumas das entrevistas desejadas, a amostra de 17 instituições conteve boa diversidade e cobertura do território, trazendo ampla informação sobre a segurança dos espaços da Rocinha com frequência de crianças de 0 a 8 anos.

### 5.2.1. Fundação

A abertura das instituições da amostra remete à história da Rocinha e a do próprio país. Quanto à **data de fundação**, a mais antiga é de 1970 e a mais recente de 2016 - o EDI. A maioria das instituições da amostra (53%) foi fundada na década de 1980, que corresponde a um momento de grande efervescência social nas favelas. É época de democratização da sociedade brasileira<sup>7</sup>, em que olhares e intervenções sociais voltam-se para os problemas sociais identificados nas favelas, ainda mais em evidência pela escalada da violência ligada ao tráfico de drogas, que se instala nesses espaços populares. Ao mesmo tempo, as “mães crecheiras” tornam-se um

---

<sup>7</sup> A ditadura brasileira durou de 1964, ano do golpe militar, a 1985, com a culminância do movimento *Diretas Já* e a eleição do presidente Tancredo Neves.

grupo importante nos espaços populares, e até mesmo um movimento social, especialmente na Rocinha. É época também dos mutirões e da conquista de espaços comunitários. Para atender à demanda de serviços, somam-se iniciativas de cunho populista, assistencialistas, além das voltadas para uma transformação social. Toda esta mescla de origens e apoios pode ser observada na história das instituições entrevistadas: doações filantrópicas de pessoas de dentro e fora do país, por parte de políticos e até de traficantes de drogas - ao fazer intermediações para a aquisição de terrenos.

Dentre as instituições, mais da metade foi criada exclusivamente por iniciativa de moradores e apenas um terço por iniciativa pública. As demais foram iniciativas conjuntas. O que chama atenção nessa distribuição é que a população tem sido o grande motor das ações e espaços voltados para a primeira infância. As instituições públicas têm caráter mais recente na história da favela.

Alguns casos revelaram o apoio da igreja ou de religiosos, de estrangeiros ou fundações internacionais, além dos já mencionados. Com o tempo, algumas iniciativas ganharam novos parceiros, tornaram-se conveniadas com o poder público, se desdobraram em novas frentes, a exemplo do processo abaixo descrito.

*A ideia surge após um deslizamento do terreno no local onde hoje está a instituição. Pensou-se em fazer uma benfeitoria em uma das casas cujos moradores (mãe e filha) morreram no deslizamento. Representantes da comunidade indicaram como prioridade a criação de um centro social para crianças e adolescentes. No início, o centro social funcionava através de doações. Hoje funciona em convênio com a SME (creche).*

### **5.2.2. Atividades e ofertas**

Grande parte das instituições explicitou como desafio proporcionar às crianças atividades estimulantes e adequadas a cada fase do desenvolvimento, com privilégio do aspecto lúdico e expressivo. Essa concepção vai bastante além daquela mais antiga de que bastava ocupar os pequenos ou simplesmente prover-lhes os

cuidados básicos necessários ao longo do dia. Essa preocupação pedagógica fica clara na oferta de atividades.

No quadro abaixo, elencou-se as atividades oferecidas pelas instituições de forma a evidenciar o tipo de oferta além das atividades de educação formal. As atividades não são oferecidas por todas elas, sendo citadas na pesquisa caso tenham sido mencionadas por pelo menos um entrevistado.

**Quadro 1 - Atividades detalhadas oferecidas pelas instituições da amostra**

<b>TIPO DE INSTITUIÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES PRESENTES EM 1 OU MAIS INSTITUIÇÕES</b>
<b>Creche (1 EDI) e/ou Pré-escola</b>	Aula de música, corpo e movimento, contação de histórias, terapia ocupacional, recreação, capoeira, passeios, reunião de pais, teatro, brinquedoteca ou ludoteca, projeto contraturno (reforço escolar, oficinas artísticas e esportivas).
<b>Grupo ou escola de esporte</b>	Rodas e aula de capoeira, instrumentos e cantos.
<b>Instituição religiosa</b>	Aula de teatro, aula de percussão, recreação, ensino religioso.
<b>Escola</b>	Sala de leitura, teatro, capoeira, horta, reforço escolar, recreação, Programa Mais Educação, Oficinas da Escola do Amanhã, informática, psicomotricidade, feira cultural, Dia da Família na Lagoa, Olimpíadas na praia, confraternização de fim de ano com apresentações culturais, fonoaudiologia e psicologia.
<b>Grupo ou escola de artes</b>	Aula de ballet clássico, jazz, percussão, afro, teatro, hip hop, artes plásticas, reforço escolar.
<b>Biblioteca</b>	DVDteca, internet livre, manuseio do acervo da biblioteca, brinquedoteca, oficinas.

Observa-se a valorização das atividades de artes e de trabalho com o corpo na maioria das instituições. Algumas vezes elas são desenvolvidas por voluntários ou por projetos sociais de duração limitada.

Das 17 instituições, 10 acolhem as crianças em período integral, em sua maioria as creches, e 6 oferecem atividades em meio período. Atividades pontuais são

característica de 4 instituições participantes da amostra, que oferecem cursos de uma hora ou mais no período em que as crianças não estão na escola. Foi informada grande demanda por atividades extras que proporcionem ocupação e proteção nos horários em que as famílias estão ausentes da casa, para que as crianças não recorram à rua para sua diversão, sem a devida assistência.

Algumas atividades relatadas pelas instituições não têm acontecido no momento, como o *Programa Mais Educação*, as oficinas do *Escola do Amanhã*, o grupo de teatro e a *contação* de histórias da biblioteca, dentre outras atividades citadas por algumas creches, argumentando-se falta temporária de verba e de pessoal.

Nas instituições em período parcial ou integral as crianças normalmente recebem uma ou mais refeições, como nas creches e pré-escolas, além de material e uniforme, que são menos comuns. Foram citados outros itens ofertados, tais como, “atendimento de saúde”, “cesta básica”, “doações no Natal e Páscoa” e o “*Riocard*” (cartão pré-pago que permite acesso ao transporte público). Nas instituições em período integral é comum ocorrer também o horário do “banho”. Todos esses itens de assistência e cuidados básicos com as crianças são de extrema importância no contexto de famílias que apresentam larga jornada de trabalho e no transporte público, e também das que se encontram em condição de alta vulnerabilidade - normalmente sem ocupação remunerada e sem recursos para alimentação básica, vestimenta e itens básicos de higiene. Segundo os entrevistados, essa situação é muito frequente no contexto da Rocinha.

No contexto das instituições públicas, foi relatado que o material escolar e o uniforme frequentemente demoram a ser enviados ou sequer são entregues.

As coordenadoras das creches conveniadas afirmam que o valor *per capita* recebido não cobre a alimentação das crianças, havendo sempre incerteza quanto a poder providenciar refeições saudáveis com o aumento constante de itens como a carne. Essa condição obriga várias delas a buscar estratégias para angariar fundos como doações, bazares, eventos, parcerias e outras.

O desafio da instabilidade financeira das instituições e de sua oferta e demanda será explorado mais a frente, mas cabe aqui valorizar a importância do que essas instituições conseguem prover, em meio às adversidades, em termos de educação, atividades culturais, alimentação, cuidados físicos e emocionais - vitais para as crianças que atendem.

### **5.2.3. Atenção à saúde**

Neste tópico serão descritos em primeiro lugar os serviços públicos de saúde, cujas unidades estão situadas dentro ou nas margens da Rocinha e que atendem a todas as faixas etárias. Posteriormente descrevem-se maneiras pelas quais as instituições voltadas para as crianças envolvem-se com a questão da saúde.

#### **Serviços públicos de saúde**

A saúde se vê representada, principalmente, por suas 4 unidades, que abrangem todo o território, obedecendo à lógica do sistema de saúde brasileiro – o Saúde da Família – por meio de suas Clínicas da Família (CF) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Existem outras instituições privadas de saúde no território, porém sem programas específicos voltados para crianças de 0 a 8 anos.

O conjunto de equipamentos públicos de saúde na Rocinha foi reestruturado a partir de 2010, quando foram inauguradas a CF Maria do Socorro e a CF Rinaldo de Lamare - ocupando 6 andares do Centro de Cidadania Rinaldo de Lamare. Em 2011, com a abertura da CF Albert Sabin, todo o território do bairro passou a ser coberto pela Estratégia de Saúde da Família. Cada uma das 3 clínicas coordena o trabalho de um determinado número de equipes de saúde, totalizando 25. Cada equipe, composta por médico, enfermeiro e agentes comunitários é responsável por determinado território - a microárea - e um número determinado de famílias. A Clínica conta com profissionais de saúde bucal, realiza programas de saúde

básica como o pré-natal, puericultura, apoio à amamentação, vacinação, e acompanhamento de doenças como tuberculose, diabetes, hipertensão, tabagismo e obesidade. Alguns programas desenvolvem grupos, como o de gestante e o de saúde bucal, dentre outros. Os agentes de saúde visitam todas as casas e monitoram a saúde de cada família, atuando na proteção e na promoção da saúde e na prevenção de doenças.

Por atenderem a todas as famílias do território, as CFs trabalham em constante proximidade com elas na atenção à saúde das crianças de 0 a 8 anos. O monitoramento do *Bolsa Família* e do *Família Carioca*<sup>8</sup> junto a todas as famílias beneficiárias é feito também pelas equipes da CF, atestando as condicionalidades para a participação no programa, como pesagem e medição das crianças e participação em grupos educativos.

A Rocinha conta também com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) localizada junto a CF Maria do Socorro. Além das instituições locais que atuam principalmente na saúde básica e em emergências de baixa complexidade, a rede de Hospitais Gerais que atendem à alta complexidade serve ao bairro, sendo o mais próximo e mais utilizado o Hospital Miguel Couto.

### **Instituições voltadas para crianças de 0 a 8 anos e atenção à saúde**

A atenção à saúde é prioritária para as instituições que trabalham com crianças pequenas e contemplam as exigências iniciais para efetuar a matrícula, o que fazer em emergências, os encaminhamentos e o seu acompanhamento junto às famílias e aos serviços de saúde. A educação para a saúde também deve estar presente em todas, com ou sem o apoio de parceiros para sua realização.

No que diz respeito a exigências de saúde para entrada ou permanência na instituição, a maioria delas pede a apresentação do cartão de vacina em dia e/ou

---

<sup>8</sup> Para ver a descrição desses programas governamentais, acessar o *Ambiente da Primeira Infância* em <[http://www.ciespi.org.br/primeira\\_infancia/politicas-e-programas/programas](http://www.ciespi.org.br/primeira_infancia/politicas-e-programas/programas)>.

atestado. Mais raramente são pedidos também o tipo sanguíneo e um exame de fezes. Dentre elas, 4 não têm nenhum tipo de exigência. Uma entrevistada menciona como exigência a realização de uma “avaliação junto aos pais”, demonstrando olhar para a saúde integral e estratégia de acompanhamento da família.

Nas situações de emergências, as principais medidas citadas foram “entrar em contato com os pais” e levar à UPA. Apenas uma das instituições citou haver hoje uma alteração protocolar no procedimento cabível em caso de emergência. “Liga para a família! Antes corria para a UPA, hoje não pode sair sem responsável. E até que chegue a ambulância...” (escola). Outras conduzem ao Hospital Miguel Couto ou ainda à CF e chamam o serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU). As emergências, a princípio, não devem se dirigir a Clínica da Família, mas percebe-se que a despeito dessa ordenação da saúde, a CF Albert Sabin é recurso, nesses casos, para algumas das creches.

Como possibilidades de instituições para encaminhamentos foram citadas as Clínicas da Família, a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) para psicologia e fonoaudiologia, a ONG Creche Viva e também as redes pessoais, já que algumas diretoras demonstraram-se bastante proativas para tentar atender às necessidades das crianças, buscando todo e qualquer recurso existente.

Observam-se diferentes posturas com relação ao acompanhamento de saúde. Para alguns, apresenta-se maior rigidez: “Criança saiu doente, só entra com atestado. Sete dias de antibiótico, fica em casa e só volta com atestado de liberação” (creche). Para outros, esse acompanhamento é menos formal e mais próximo das famílias. Dentre os entrevistados, alguns frisaram desenvolver uma boa relação com os pais, indispensável para o acompanhamento da saúde das crianças. Segundo eles, os pais entram na creche a hora que for necessário, trazendo questões e recebendo orientações. Mas observam-se também situações de maior dificuldade na relação com as famílias, especialmente em casos que exigem algum tipo de intervenção contundente, como encaminhar para atenção especializada de saúde mental e em casos de violência intrafamiliar.

*Quando sai do limite, não vale a pena ficar. Não sabemos quem são os pais. Deixa ir embora. Se fala, mãe não aceita, tira da aula, some. Problema dessas crianças são os pais. Não estão acostumados a dizer não. Não tenho para onde encaminhar (escola de arte).*

*Temos surtos de pediculose que se agravam pela resistência dos responsáveis em cuidar, por entenderem que “é problema de criança”, e pela insistência em levar as crianças para a escola (creche).*

Também foi relatada dificuldade com relação a uma orientação mais clara dos serviços de saúde junto à instituição e às famílias.

No que diz respeito aos encaminhamentos externos houve relato da dificuldade em conseguir a retaguarda de serviços especializados de psicologia e fonoaudiologia e em lidar com as inúmeras questões individuais e familiares que surgem no cotidiano das escolas. Além desses, outros encaminhamentos feitos para serviços externos não costumam ter sucesso: *“Eu que encaminho e geralmente não tem retorno. Mães não têm dinheiro para ir para outro bairro. Ano inteiro é só nós e nós” (escola).*

As Clínicas da Família são a presença mais importante nas creches e escolas no quesito educação para a saúde, por meio do *Programa Saúde na Escola (PSE)* e do acompanhamento do programa *Bolsa Família*, que realiza regularmente a pesagem e a medição das crianças. Pelo que foi apresentado, as atividades não costumam ser regulares e os profissionais da escola não parecem participar mais ativamente de sua implementação. Há predomínio do trabalho com saúde bucal, apesar de muitas outras demandas. Nessa perspectiva, as unidades de saúde fazem um trabalho ainda tímido com as famílias e suas crianças no âmbito das escolas e creches.

#### 5.2.4. Vagas e inscritos

O número de crianças de 0 a 8 anos na Rocinha pode ser estimado em 17 mil, com base na pirâmide etária das Clínicas da Família<sup>9</sup> e no cálculo da população local, baseados no crescimento populacional anual.

Numa estimativa a partir da média de inscritos em creches e escolas, conta-se com cerca de 5 mil vagas para a população de 0 a 8 anos nas instituições de educação formal presentes dentro do território, ficando patente a defasagem na oferta de serviços de educação básica mais acessíveis à população. As crianças e adolescentes moradores da Rocinha também frequentam escolas públicas dos demais bairros próximos. Na Gávea, bairro adjacente, eles representam 85% dos alunos. Diversos fatores podem influenciar a distribuição das crianças da Rocinha pelas escolas de outros bairros, cabendo nesse quesito maior avaliação, que extrapola as possibilidades dessa pesquisa. Algumas hipóteses, porém, podem ser aventadas, como por exemplo, a falta de espaço físico no denso território da Rocinha para localização das instituições, somada à dificuldade de planejamento estratégico da educação, em conjunto com a administração pública em territórios complexos como a Rocinha. O acesso a escolas fora da comunidade apresenta maior exposição aos riscos do trânsito e da circulação, talvez desassistida, das crianças, mas pode também trazer vantagens para as famílias. Exemplos aventados seriam a proximidade do acesso ao trabalho dos pais, estar a salvo da violência armada em grande parte do dia e ter maior circulação pela cidade, podendo usufruir de sua diversidade em vários aspectos. A avaliação de vantagens e desvantagens dessa configuração não cabe à equipe de pesquisa neste momento, porém deve-se ressaltar que indubitavelmente o trânsito perigoso da Rocinha constitui, dessa forma, risco diário ainda maior para crianças tão pequenas.

Considerando as 17 instituições da amostra (nas áreas de educação, arte/cultura e esporte), o número total de vagas para crianças de 0 a 8 anos é de **1985**<sup>10</sup>. As 17

---

<sup>9</sup> Cadernos de Estatísticas e Mapas da Atenção Primária em Saúde do município do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://redeotics.org/cemapsrio/ap21/ap21\\_br.pdf](http://redeotics.org/cemapsrio/ap21/ap21_br.pdf)>.

instituições apresentavam, na época da pesquisa, **1807** crianças de 0 a 8 anos inscritas ou participantes, aproximadamente, conforme tabela 3.

**Tabela 3 - Vagas e inscritos das 17 instituições da amostra intencional**

	<b>VAGAS</b>	<b>INSCRITOS</b>
Número absoluto	1985	1807
Média total	124	110
Média N° creches/pré-escolas	108	103
Média N° escolas	452	322
Média N° esporte e artes	45	37
Limite inferior	20	9
Limite superior	500	460

Como pode ser observado na tabela 3, a existência de um número levemente menor de inscritos em função das vagas, deve-se a fatores como o recrudescimento da violência armada, que fez com que algumas famílias, pelos riscos de acesso, deixassem de conduzir ou autorizar a ida de seus filhos às instituições, a mudança de residência para fora da Rocinha, além de pouca valorização de algumas das atividades ofertadas. Esse é o caso da biblioteca que, com baixa divulgação, funciona aquém de sua capacidade.

A representante da biblioteca, por sua vez, reconhece ter pouca oferta de atividades específicas para as crianças menores. A ludoteca, espaço destinado a crianças menores de 10 anos, pode atender até 10 crianças por dia, sendo apenas 3 vagas para crianças menores de 4 anos. Por outro lado, somente crianças com 7 anos ou mais podem entrar sozinhas na instituição, o que é um fator de segurança, mas também um obstáculo para a acolhida daquelas que se dirigem ao espaço sem acompanhamento. Esse acolhimento poderia permitir, caso se contasse com

---

<sup>10</sup> Excluiu-se deste total a biblioteca, para a qual não é possível estabelecer um padrão de frequência regular das crianças.

profissionais habilitados para isso, o enfrentamento dessa situação por meio de parcerias entre os setores, contato com as famílias, integração com escolas e creches, dentre outras ações. Face à meta de aumentar a frequência a essa instituição, esses e outros fatores devem ser considerados, buscando-se alternativas.

As faixas etárias atendidas nas 17 instituições participantes estão distribuídas conforme a tabela 4:

**Tabela 4 - Faixas etárias atendidas pelas instituições da amostra**

<b>FAIXAS ETÁRIAS</b>	<b>&lt; 6 meses CRECHE PARTICULAR</b>	<b>6 meses a 3 anos e 6 meses CRECHE</b>	<b>4 anos a 5 anos e 11 meses PRÉ-ESCOLA</b>	<b>6 a 8 anos ESCOLA E OUTRAS</b>
<b>NÚMERO DE INSTITUIÇÕES</b>	2	11	7	8

É importante fazer a ressalva de que as creches representam a maioria das instituições abordadas, o que influencia essa distribuição. Mesmo assim, destacamos duas percepções. A primeira delas é a baixa oferta de atividades para crianças entre 4 e 8 anos dentro da comunidade. A segunda é a necessidade de alternativas de cuidado para crianças de até 6 meses, levando em consideração a necessidade de muitas famílias retomarem atividades laborais desde cedo. Ainda que essa não seja uma condição segura para as crianças, afetando a possibilidade de amamentação exclusiva com prejuízo do vínculo mãe-pai-bebê, esse é um problema a ser considerado, levando-se em conta o predomínio do trabalho informal dos responsáveis, o curto período de salário maternidade, quando viável, entre outros. Entrevistados disseram que a demanda por berçário continua sendo frequente por parte das famílias, não podendo ser ignorada, pois alternativas informais e também pouco seguras acabam surgindo na tentativa de atendê-la.

### 5.2.5. Forma de inscrição e seleção

A criança tem direito assegurado ao atendimento em creche e pré-escola nos termos do Art. 208, inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil<sup>11</sup>, na seção que pactua a educação como direito de todos. A inclusão do pré-escolar como obrigatoriedade ocorreu por emenda à Constituição. Antes da mudança, o ensino fundamental era a única fase escolar obrigatória no Brasil. Desde então, o ensino passou a ser obrigatório dos 4 aos 17 anos, abrangendo a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio. Segundo a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (LDB)<sup>12</sup> que estabelece orientações para a educação nacional, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando assim a ação da família e da comunidade.

Segundo informação disponibilizada pelo Ministério da Educação brasileiro<sup>13</sup>, no município do Rio de Janeiro, para a inscrição na creche, o responsável deve se dirigir à unidade de sua preferência com a certidão de nascimento da criança e os documentos que comprovem os critérios de prioridade estabelecidos na portaria de Matrícula. No momento da inscrição, a creche informará o dia e o local em que acontecerá o sorteio público que é acompanhado pelo Ministério Público. A definição das vagas no sorteio obedece às seguintes prioridades, nesta ordem: 1) Crianças cuja família seja beneficiária do Cartão Família Carioca; 2) Crianças com deficiência; 3) Crianças cuja família esteja inscrita em algum programa de transferência de renda; 4) Crianças que estejam relacionadas na lista de espera da creche; 5) Crianças ou familiares vítimas de violência doméstica; 6) Crianças ou alguém do núcleo familiar acometidos por doenças crônicas; 7) Crianças com alguém do núcleo familiar que faz uso abusivo de drogas; 8) Crianças com alguém do núcleo familiar que seja presidiário ou ex-presidiário; 9) Ter irmão(ã) gêmeo(a) que também está

---

<sup>11</sup> Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>>.

<sup>13</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/portal-brasil-esclarece-duvidas-sobre-matriculas-em-creches-publicas>>.

sendo inscrito(a); 10) Ser filho de mãe adolescente.

Essas informações não foram trazidas no momento das entrevistas com os coordenadores de creche e parecem ser de fato pouco conhecidas na comunidade. Quanto ao processo de inscrição nas creches, ele vem sendo feito de forma presencial, embora seja mencionada a intenção da Secretaria de Educação em tornar o processo informatizado. A matrícula digital já é realidade para as escolas, mas os profissionais entrevistados demonstraram bastante resistência para esse sistema, em ambos os níveis, devido à dificuldade dos pais e à conveniência de que as próprias instituições possam controlar mais diretamente o processo.

Pondera-se que essa forma de inscrição induz a um processo padronizado e democrático, mas que pode também desconsiderar a desinformação dos moradores e vulnerabilidades ocultas que constituem obstáculo inicial para a inscrição e a seleção formal.

Como argumenta um dos entrevistados, às vezes ocorre uma exclusão prévia mediante a dificuldade de providenciar documentos, o analfabetismo, a falta de computadores e de acesso à internet. Esses são obstáculos que aqueles que planejam as políticas nem sempre consideram. A própria escola acaba tendo que manejar uma série de dificuldades que desembocam ali, no processo de matrícula, conforme exemplo a seguir.

*Elas (mães) às vezes colocam a série que acham que a criança está e não a real. Pede-se que a família compareça à escola para assinar a ficha. Pedimos uma declaração ao chegar. Quando vai ver, não tem mais vaga. Tem que dar um jeito para matricular (escola).*

Alguns recursos têm sido criados para facilitar o acesso das famílias: uma *lan house* presta auxílio às mesmas, a escola se prontifica a apoiar os que têm dificuldade de fazer a inscrição pela internet, se tornando um polo de orientação. Mas, seguramente, alguns casos escapam a essas estratégias gerando dificuldades adicionais às famílias e às instituições.

Apesar do poder público ter obrigação segundo o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA)<sup>14</sup> de assegurar a todas as crianças de 6 meses a 5 anos o direito à creche e à pré-escola, são notórios os problemas enfrentados na Rocinha no acesso às mesmas. Apesar de recentes avanços na rede pública, como a criação do EDI, a maior parte da oferta de serviços está baseada nas creches conveniadas que apresentam sérias dificuldades para permanecerem abertas. Alguns entrevistados referiram-se à existência de fila de espera, mas também há menos matrículas que vagas em alguns dos espaços. Não foi possível obter com precisão o número de crianças que efetivamente não conseguem matricular-se, mas sabemos que os entraves nesse caminho são de diversas ordens, envolvendo não apenas o investimento público, como também um planejamento articulado das diversas Secretarias, como Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Segurança, Transporte, além das dificuldades que envolvem as próprias famílias.

Os critérios de prioridade definidos para a inscrição não garantem, em si, o acesso, uma vez que a população os conhece pouco, e muitas vezes tem dificuldade de comprová-los, principalmente as famílias mais vulneráveis, levando-se em conta a pouca integração entre os órgãos da Saúde, da Educação e da Assistência, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS). Para um melhor dimensionamento da demanda reprimida das creches e pré-escolas caberia desenvolver outras frentes de investigação junto às famílias, à Secretaria Municipal de Educação, às Coordenações Regionais de Educação (CRE) e aos demais setores.

Algumas instituições que fazem localmente as inscrições declararam fazer avaliação e seleção pelo critério de “necessidade das famílias”, baseadas na relação próxima com as mesmas e no conhecimento de suas dificuldades. Dizem, por exemplo, avaliar a necessidade de vaga na creche por meio de uma visita domiciliar. Encontramos também como critério interno das instituições “dar prioridade para as

---

<sup>14</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>.

mães que trabalham”, sem considerar que, pela lei brasileira, independente da mãe trabalhar, o direito à educação mediada pela creche é um direito da criança.

A noção do acesso à creche como direito de toda criança ainda não se demonstra incorporada à prática e aos discursos no âmbito das instituições, tampouco dos gestores e administradores públicos, para que as famílias da comunidade possam dela se valer para a efetiva garantia de seus direitos.

### **5.2.6. Equipes**

No âmbito das equipes que atuam nas instituições foram identificados desafios ligados à impossibilidade de contratação de número adequado de profissionais e à necessidade de formação específica para os que atuam no contexto formal da educação infantil.

Nas pré-escolas e creches, a regulação quanto à formação profissional vem crescendo nos últimos anos, no sentido de maior profissionalização. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe a definição de que o atendimento à criança pequena deveria consistir em “atendimento educacional”, devendo ser exercido por “professores”. Segundo Amaral (2014), o reconhecimento da educação infantil, ao ser inserida no sistema educacional como primeira etapa da Educação Básica (LDB), trouxe como mudança a exigência de curso profissionalizante em nível médio ou superior para os seus professores. A autora menciona que nesse contexto passa a haver uma:

busca pela equidade entre o cuidar e educar no cotidiano das instituições; a formação em exercício e continuada dos professores; o professor tido como aquele que complementa a família na educação da criança pequena e não como quem substitui (AMARAL, 2014, p. 46).

Toda essa mudança de concepção levou a novas exigências que incidem na gestão e na sustentabilidade das creches da Rocinha.

Para suas coordenadoras, a necessidade de formação de nível superior ou nível médio normal foi trazida como importante questão, gerando significativos esforços de profissionalização. Porém, segundo elas, as metas não foram conquistadas, havendo grande pressão da Secretaria Municipal de Educação nesse sentido, ligada inclusive à manutenção dos convênios.

A formação dos profissionais das creches e pré-escolas evidenciou-se bastante irregular. Foram citados recursos alternativos como a adoção de formações de menor duração, o escalonamento de profissionais para participação nesses cursos, revelando-se ainda haver tolerância da SME às recomendações nesse sentido. Afinal, face aos desafios da formação mais básica dos profissionais e do acesso à creche para número mais abrangente de crianças, são necessários tantos avanços que será preciso certo tempo para efetivar uma mudança de forma estrutural.

A formação do profissional da creche aquém das exigências formais preconizadas pode não representar, necessariamente, menor qualidade da atenção. Na circulação pelas creches fica patente que grande parte de seu *staff* trabalha há bastante tempo com as crianças, revelando ampla experiência. Profissionais recém-formados e sem essa mesma experiência podem ter dificuldades de adequação ao contexto, o que envolve a relação com as crianças e com as famílias. Para avaliação criteriosa da influência desse aspecto na segurança das crianças seriam indicadas outras metodologias, tal como, a observação em campo, para além dos limites da presente pesquisa.

Foi averiguada uma média de 16 profissionais por creche. Cerca de 30% deles possuem formação normal ou universitária, havendo variação entre as equipes de diferentes creches. Todas elas mencionaram ser difícil destacar profissionais para formação e arcar com custos de profissionais mais qualificados.

Mesmo no EDI, a instituição pública mais recente da Rocinha, que constitui um novo paradigma de educação infantil para creche e pré-escola, a questão profissional incide diretamente na segurança das crianças. A profissional entrevistada argumenta que o número de agentes de educação infantil é muito baixo, sendo necessário o dobro para responder à demanda colocada. Comenta ainda não haver previsão de

concurso público por questões que envolvem a necessidade de formação extra dos agentes e de gratificação salarial.

*Foram chamados todos os agentes que passaram em concurso e todos os que estavam na reserva. Por outro lado, diferente dos professores, eles não são lotados em lugar nenhum e por isso migram para qualquer parte da cidade. O pouco número de agentes se reflete na segurança das crianças dentro da instituição.*

Nas escolas públicas todos os professores apresentavam nível universitário, não sendo trazidas questões nesse aspecto, mas sim a sobrecarga de trabalho de alguns e a falta de profissionais especializados (psicólogo, especialmente) de suporte à equipe.

Nos grupos e escolas de esporte e artes predominaram as formações específicas nas áreas de capoeira, dança, teatro, artes plásticas e música, sendo rara a formação pedagógica para o trabalho com crianças de 0 a 8 anos. Apesar disso não se colocar como um problema para os entrevistados cabe questionamento quanto à importância de haver conhecimento sistematizado dos profissionais sobre desenvolvimento infantil, metodologias de ensino e saúde como fator de segurança no trabalho com crianças tão pequenas e suas famílias.

### **5.2.7. Financiamentos**

Os entrevistados, em sua maioria, não são os que lidam com os orçamentos das instituições e, portanto, não puderam informá-los com maior detalhamento, para além de suas fontes e de alguns dilemas vividos na gestão dos recursos e desafios financeiros.

Das 9 creches selecionadas, 6 vivem principalmente do convênio com a prefeitura, que não cobre todos os gastos. A remuneração é por criança inscrita, no valor de R\$ 233 reais mensais. Então, costuma-se contar também com uma contribuição voluntária dos pais, entre R\$ 20 e R\$ 200 reais, que se dá de forma irregular, com valores variáveis, nem sempre pagos. Apenas um pequeno percentual deles pode

contribuir. Podem ainda fazer contribuições em material de limpeza, itens de higiene e fraldas, mas essas não são frequentes. Seguem depoimentos de coordenadores das creches que refletem as dificuldades vividas.

*Não podemos pagar encargos sociais, 13º e férias. Tem 6 meses que a prefeitura não repassa verba para alimentação.*

*Recurso do convênio vem em 3 parcelas no ano. No intervalo fica um buraco.*

*Se pais pagarem, acaba o convênio. Raramente pais colaboram com algo. Mas são poucos (cerca de 20 a 25) e é irregular.*

*A gente vive pedindo ajuda, contribuições de escolas particulares, ONGs.*

Os convênios estão sujeitos a várias condicionalidades, averiguadas por meio de relatórios e visitas e que, não sendo atendidas, induzem à sua interrupção. Observa-se a tensão nas creches conveniadas decorrente de fatores como o número de inscritos, a prestação de contas e a exigência de profissionais devidamente qualificados.

Foi citado o desenvolvimento de parcerias para prover alimentação, qualificação da gestão e atividades pedagógicas, realização de oficinas, educação para a saúde e passeios. Alguns exemplos são a *Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE)*, para doação de leite; as *Clínicas da Família* para educação em saúde, o *Rio Voluntário* para capacitação profissional, e o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP) para o apoio à gestão da creche, ao desenvolvimento do projeto pedagógico e à formação - parceria bastante valorizada pelos entrevistados.

A instituição particular que reúne os serviços de creche, pré-escola e escola particular conta com mensalidade de R\$ 300,00 a R\$ 400,00. A creche pública e o EDI contam com verbas federais e municipais.

As 3 escolas públicas participantes dessa pesquisa funcionam com verba da Secretaria Municipal de Educação, por meio do Sistema Descentralizado de

Pagamento (SDP), e com aportes de programas federais como o *Programa Mais Educação* (PME) que financia oficinas e material pedagógico; o *Programa Dinheiro Direto na Escola* (PDDE), que patrocina materiais e jogos; e o *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE).

O grupo esportivo - que é também uma iniciativa sociocultural - funciona com recursos próprios do coordenador, advindos de aulas dadas fora da Rocinha. Dos 3 grupos/escola artísticos um conta com o convênio *Ponto de Cultura* (verba municipal), mas também funciona como escola particular para 3 de seus cursos. A iniciativa sociocultural empreendida pela participante de uma instituição religiosa contou com o apoio da *Agência de redes para a juventude*. A escola de artes plásticas e reforço escolar conjuga doações com recursos próprios da coordenadora e parcerias com uma creche local.

A biblioteca, que é uma iniciativa do Governo do Estado, após suspensão de repasse de verbas, teve cortes de funcionários e redução de horário de funcionamento, passando a ser financiada pela Secretaria Municipal de Cultura, em caráter emergencial.

A partir de um breve olhar para o quesito financiamento é patente a insegurança e instabilidade vividas pelas instituições. Independente do seu tipo e da forma de financiamento, lida-se com recursos insuficientes, que costumam chegar de forma irregular, com atrasos e de diferentes fontes. Isso as obriga a buscar e combinar diversas estratégias de sustento: parcerias, bazares, doações institucionais e pessoais, às vezes dos próprios coordenadores. Essas dificuldades afetam nitidamente o tempo e a energia dos trabalhadores das instituições para sua atividade fim. Apesar do nítido comprometimento dos educadores com o cuidado das crianças, fazendo o melhor que podem com os recursos disponíveis, esse fato representa um receio constante quanto à sustentabilidade de espaços seguros para a primeira infância na Rocinha. Ele aponta, em última instância, para o desafio de maior comprometimento das autoridades do setor público com o bem-estar das crianças no contexto estudado.

### 5.2.8. Acesso

A ida e volta diárias das crianças para as creches e escolas é um momento de potencialização dos riscos vividos por elas na Rocinha. Revela problemas que envolvem tanto o ambiente externo - meios de transporte, vias de acesso, saneamento, como os limites e possibilidades da família e das instituições. Cabe considerar neste tópico quem acompanha ou não as crianças nesses trajetos, os fatores de insegurança que se colocam no caminho e que grau de atenção a esses fatores tem a equipe que a recebe no espaço institucional.

A pesquisa evidencia que o acesso das crianças às instituições é predominantemente a pé - pois essa forma ocorre na totalidade das instituições. Foi também frequente o acesso de moto (relatado por 9 das 17 instituições da amostra), de van e de ônibus.

As crianças chegam e saem, usualmente, com responsáveis adultos (pais, cuidadoras, vizinhos, avós), mas também com irmãos ou amigos (relatado por 10 das 17 instituições). Chama atenção que 7 das instituições participantes afirmam que as crianças, mesmo sendo tão jovens, também vêm e voltam sozinhas para casa.

Ao serem indagados sobre **quais situações de acesso consideram inseguras**, 6 entrevistados falaram do risco das crianças enfrentarem tiroteios no caminho, atravessarem bocas de fumo, se depararem com policiais em operação, independente de como venham: *“Quando as crianças estão aqui esperam o tiroteio acabar para sair. Ontem teve em várias partes. É a qualquer hora, qualquer dia” (creche).*

A travessia da Estrada da Gávea também foi bastante citada, especialmente quando as crianças vêm sozinhas ou com irmãos e amigos: *“Houve vários alunos atropelados. Tem muita moto e carro. O trânsito é sem disciplina. Alunos de 6, 7 anos vão sozinhos para a escola e para casa” (escola).*

O acesso de moto foi considerado muito perigoso pelos entrevistados, assim como, o risco de atropelamento por esses veículos. Os riscos do acesso por ônibus também foram destacados. Além da velocidade com que percorrem a Estrada da Gávea, uma das entrevistadas ressalta: *“O ônibus é lotado! As crianças não descem, são empurradas”*.

A preocupação pelo acesso com irmãos foi trazida por uma coordenadora, a quem chamou atenção a violação do direito do mais velho de estudar durante a adaptação do pequeno à creche. Nesse caso, buscou contato com a família que, desde então, não compareceu mais à instituição: *“Uma criança vinha com o irmão de 12 anos, que saía daqui meio dia. Ele perguntou quando ia acabar a adaptação pois não estava indo à escola. Cuidava dos dois irmãos menores”* (creche), evidenciando a questão familiar como fator de insegurança.

As condições do caminho, como o terreno irregular e os becos, foram também mencionadas como parte da insegurança no acesso: *“O caminho não é legal quando está chovendo. A criança tem que descer beco, a mãe pode cair...”* (creche).

A problemática do acesso será retomada adiante, pois o trânsito foi destaque como fator de insegurança no discurso dos entrevistados.



## **6. O QUE É NECESSÁRIO PARA MELHORAR OU AMPLIAR OS ESPAÇOS EXISTENTES? \_\_\_\_\_**

Indagados quanto às melhorias desejadas para a instituição, a necessidade de obras estruturais foi citada pela maioria dos entrevistados, seguida da necessidade de um número maior de profissionais. Cada um respondeu mais de um item, agregando comentários, conforme exposto no quadro 2.

**Quadro 2 - Melhorias desejadas para as instituições**

MELHORIAS DESEJADAS	Nº DE INSTITUIÇÕES	CITAÇÕES E COMENTÁRIOS
Obras estruturais	11	<p><i>O banheiro que as crianças usam não tem luz nem porta, só vaso precário. O chão é sinistro, tem que nivelar, colocar uma divisória (instituição religiosa).</i></p> <p><i>Tem problema na instalação elétrica, infiltração, goteira, dá choque (creche).</i></p> <p><i>Precisa fazer a contenção da encosta onde existem várias casas. A grade protetora no alto da encosta é frágil (creche).</i></p> <p><i>O Ponto de Cultura não dá direito à obra (escola de arte).</i></p> <p><i>É preciso melhorar a acessibilidade (biblioteca).</i></p>
Mais pessoal	8	<p><i>Precisamos de mais professores qualificados (creche).</i></p> <p><i>Só temos 2 profissionais de limpeza. Eu também limpo aqui. Não temos mediador, que a própria lei obriga para alunos de inclusão. Temos 14 alunos especiais. Só temos 2 estagiários (escola).</i></p> <p><i>Falta: porteiro, inspetor de corredor, técnica de enfermagem, professor de ballet, educação física (várias).</i></p> <p><i>Retorno do Mediador Social (biblioteca).</i></p>
Oferecer outros serviços	6	<p><i>Mais parcerias para ter atividades de maior frequência, menos temporárias (creche).</i></p> <p><i>Fonoaudiólogo e psicólogo (escola).</i></p> <p><i>Gostaria de transformar em escola de dança de nível técnico. Colocar escola pública voltada para a dança (escola de arte).</i></p>
Mais espaço	6	<p><i>Salas muito lotadas. É imoral. Crianças mal sentam (escola).</i></p> <p><i>Corredor de entrada da creche é o mesmo que dá acesso à casa ao lado. Preciso fazer um difícil acordo com a moradora (creche).</i></p>
Material	5	<p><i>Além de remessa irregular de material pedagógico, foi mencionada também a falta de material de limpeza.</i></p>

Equipamento	5	É necessária a manutenção dos computadores. <i>Queria fazer dedetização de 6 em 6 meses, troca de banner, troca de grama sintética, troca da tela de proteção (escola).</i>
Mais qualificação profissional	5	<i>Prefeitura exige formação para trabalhar com crianças, mas não tenho como contratá-los como professores (creche).</i>
Ampliação de vagas	4	<i>Tem que reduzir vagas! (escola).</i> <i>Caso tenha mais recurso, só assim (creche).</i>
Aumentar salários de professores	1	<i>Não dou 13º para todos, só gratificação (creche).</i>
Nada	1	

As questões relacionadas ao pessoal da instituição - quantidade, qualificação, leis trabalhistas - foram citadas, no seu conjunto, por um número maior de instituições. Numa das escolas públicas a coordenadora entrevistada é encarregada de dar aulas de reforço, limpar o espaço, acolher crianças com dificuldade, buscar serviços de encaminhamento, cumprir a função de mediadora, além das funções de seu cargo, mostrando fadiga.

O déficit de mediador nas escolas e creches na perspectiva da inclusão, definida por leis e decretos ao longo dos últimos anos<sup>15</sup>, chama especial atenção. Raramente, segundo os entrevistados, são designados profissionais para essa função ou qualificados os existentes. Para um dos entrevistados de creche, o “*sistema de inclusão aqui é inserção e não inclusão*”.

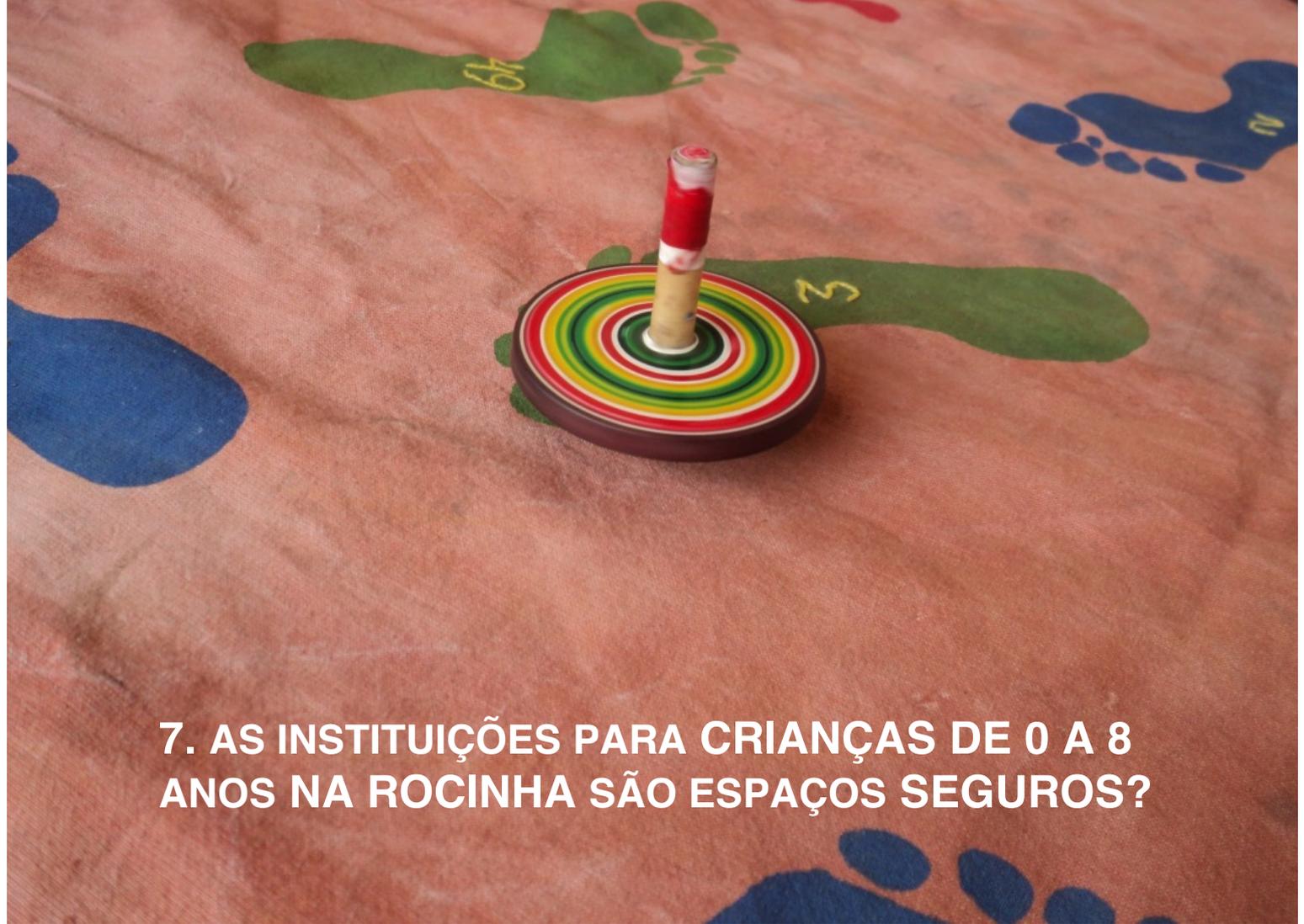
A questão financeira, citada por 12 participantes, foi a principal dificuldade para fazer as melhorias mencionadas. No que diz respeito às instituições públicas ou em convênio com a prefeitura foram apontados os problemas de morosidade e burocracia para efetuar qualquer melhoria que dependa de verbas ou autorizações. As instituições que recebem verbas do estado e do município têm que enfrentar ainda as questões políticas que envolvem essa relação, entrave frequente para a

<sup>15</sup> Para detalhamento das leis, consultar: <<http://inclusaoja.com.br/legislacao>>.

liberação dos recursos. O mesmo ocorre quando são necessárias obras que envolvem diferentes secretarias, como no caso da escola cuja segurança depende de obras estruturais de contenção das casas do entorno. A biblioteca, cujo funcionamento foi afetado por questões similares, ressalta como grande obstáculo a falta de continuidade das políticas públicas.

Uma das representantes de creche argumenta que não há participação do Rio de Janeiro no Fórum de Educação, onde se discutem e definem questões importantes para o funcionamento das creches. Ela participa da Associação das Creches e Pré-Escolas Conveniadas Confessionais Comunitárias e Filantrópicas do Município do Rio de Janeiro (ACREPERJ) em que o foco das lideranças é aumentar o *per capita* para um mínimo de R\$ 600 reais por criança, além da oposição ao sorteio público, ao qual não aderiram em 2016.

A maioria dos entrevistados afirma que as instituições não apresentam possibilidade de aumento do número de vagas. Apenas 4 delas declarou desejar essa melhoria, sob certas condições, pois há limitação do espaço físico, de profissionais e dificuldades financeiras.

A photograph of a colorful spinning top toy on a wooden floor. The toy has a central wooden stem with a red and white striped top, and a circular base with concentric rings of red, yellow, green, and blue. The floor is decorated with large, colorful footprints in green and blue, some with numbers like '6' and '11' written on them. The text '7. AS INSTITUIÇÕES PARA CRIANÇAS DE 0 A 8 ANOS NA ROCINHA SÃO ESPAÇOS SEGUROS?' is overlaid on the bottom half of the image.

## 7. AS INSTITUIÇÕES PARA CRIANÇAS DE 0 A 8 ANOS NA ROCINHA SÃO ESPAÇOS SEGUROS?

Essa pergunta não é fácil de responder, pois são muitos e diversos os fatores que interagem para gerar segurança e insegurança no espaço das instituições. Os fatores que são internos e os fatores externos relacionam-se, influenciando a percepção da segurança. Instituição, rua e casa são os espaços de frequência da criança e as questões vividas em cada um deles são levadas e trazidas o tempo todo por crianças e familiares. Elas podem ou não ser consideradas pelos agentes das instituições, trabalhadas ou ignoradas. Há, portanto, uma permeabilidade dos espaços. Como afirma uma coordenadora de escola: “*Segurança existe no ambiente e funcionamento de dentro, mas quem está fora pode entrar*” (escola). Visando perceber essa relação, investigamos separadamente os **fatores de insegurança das instituições** e os **fatores de insegurança dos espaços externos da Rocinha**.

A maioria das pessoas entrevistadas considerou sua instituição um espaço seguro para as crianças, mas essa avaliação dependeu sempre das percepções do que seja

um espaço seguro. Mesmo considerando-a segura, foram identificados diversos fatores de insegurança.

Em primeiro lugar serão discutidos os **fatores de segurança** das instituições, isto é, o que os entrevistados consideram seguro para as crianças em seu espaço de trabalho.

### 7.1. Fatores de segurança nas instituições

O fator de segurança predominante, ressaltado por 11 entrevistados, foi a **estrutura física** da instituição, principalmente no aspecto de ser “adaptada às crianças” – *“Tudo foi montado pensando na criança”* (creche). Mas também foi valorizado o fato de ser *“um local onde se abrigar”* (creche), uma alusão sempre presente ao espaço perigoso da rua e, por vezes, da casa.

A **equipe** foi citada como fator de segurança por entrevistados de 6 instituições, destacando-se como qualidades: engajamento, compromisso, carinho, amor e paciência. As atitudes da equipe, segundo eles, permitem às crianças sentirem-se bem e seguras, fornecendo um importante “aconchego emocional”. A atenção dos educadores, mesmo com problemas nos pisos, escadas e outros, sempre acompanha as crianças em sua mobilidade pelo espaço.

O terceiro fator mais citado foi a **proposta pedagógica** da instituição, sendo mencionadas, além da equipe, algumas atividades em especial como, o trabalho em contraturno e a preocupação constante com a expressão e a escuta das crianças: *“Porque é onde a criança expressa a sua liberdade”* (creche).

**Cuidados básicos** e **assistência** oferecidos pelas instituições, como almoço e banho, e *“impedir que a criança fique na rua”* foram também mencionados. Um dos entrevistados de creche, por exemplo, afirma que elas são, por vezes, o *“único espaço que a criança tem para brincar e para comer”*.

Citado ao longo das entrevistas acrescenta-se aqui o fator **proteção**. As instituições desenvolvem algumas estratégias para proteger as crianças da violência armada.

Uma das creches, no projeto *Contraturno*, providencia a ida e a volta das crianças à escola. Horários de entrada e saída são alterados conforme operações policiais e tiroteios: “Com tiroteio não deixo ninguém ir embora. Tá aqui dentro tá seguro” (creche). As instituições não abrem ao observar os riscos. Ao se escutar tiroteios, as crianças protegem-se no refeitório, considerado mais seguro, ou não utilizam áreas expostas, como o terraço.

Os espaços internos das instituições de educação, segundo percepções apresentadas, seriam ainda respeitados, não ocorrendo sua invasão – “É um dos poucos lugares que respeitam” (escola). Mas tal respeito já não ocorre como acontecia em tempos passados. Na situação de um grupo de traficantes colocar-se em frente à porta de uma das escolas, a coordenadora teve a iniciativa de pedir ajuda aos policiais da UPP.

*A gente já pediu para a UPP ficar no portão, pois os caras da boca estavam ficando bem na saída dos alunos, no caminho. Ficaram 2 dias. Depois disseram que é muito arriscado, o contingente é pequeno. Eu mesma já fui pedir aos caras para saírem da frente do portão (escola).*

Percebe-se nos parágrafos acima que os fatores de segurança destacados definem-se em grande parte em contraposição aos fatores de insegurança nos espaços internos e externos, relatados a seguir. Mas o fato de que as crianças da comunidade, em sua primeira infância, usufruem da segurança proporcionada pelas instituições estudadas na Rocinha é um fator protetivo da maior importância, contribuindo enormemente para o seu desenvolvimento mais saudável.

## **7.2. Fatores de insegurança nas instituições**

Indagados sobre quais seriam os fatores de insegurança dentro da instituição, os entrevistados relacionaram vários, mencionando também aqueles que são externos e interferem na segurança das crianças, incidindo na vivência institucional. Eles foram agrupados em categorias e listados de acordo com a frequência com que

foram citados, sem perder de vista ter sido pequena a amostra. Pelo fato de não aparecerem isolados, devem ser analisados como fatores intercorrentes.

### a) Estrutura Física

A estrutura física da instituição, apontada anteriormente como fator de segurança, volta a ser mencionada como um fator de insegurança, citada por 9 entrevistados. Os problemas incluíram os riscos estruturais do prédio, a vulnerabilidade a quedas de objetos, a invasões e tiros, a precariedade das instalações e a falta de manutenção regular.

Como exemplos destacaram-se a necessidade de reformas nos pisos, de conserto de muros, corrimões de escadas e parte elétrica, colocação de redes nas janelas - e até de suas esquadrias, conserto de infiltrações, dentre outros, que representam riscos para as crianças. Seguem alguns exemplos:

*Moradores do alto da encosta que ladeia a creche deixam cair vários objetos.*

*A gente vê situações perigosas para a criança tropeçar, cair, mas não temos condições de reformar.*

*Não temos janelas e temos bancos com facilidade das crianças se pendurarem. Agora tapamos os buracos, mas antes entravam ratos.*

Algumas creches situadas em zonas de confronto disseram que são encontrados cartuchos de bala nos quintais e marcas de tiros nas paredes externas. Um dos entrevistados adiciona que as paredes da creche são muito finas, sem condições de garantir a segurança em casos de tiroteio.

## b) Violência armada<sup>16</sup>

O segundo fator de insegurança destacado são as trocas de tiros, que incidem na segurança das crianças dentro da instituição e no acesso à mesma, afetando o seu funcionamento.

Segundo os entrevistados, há atualmente um recrudescimento da violência armada no bairro, chegando a haver trocas de tiros diárias. Com a instalação da UPP houve um breve período de estabilidade seguido de novos ordenamentos dos grupos armados que levaram a uma intensificação das situações de risco.

*Existe uma guerra diária entre traficantes e polícia dentro da comunidade pacificada desde 11 de novembro de 2011 (creche).*

*Traficantes eram crianças da favela, que já tinham conhecimento (...). Hoje tem a polícia que não é criada aqui e também traficante que não é criado aqui. Antes traficante avisava todo mundo. Diziam para as crianças não saírem na rua. Eles não ficavam em certos becos porque tinham preocupação com as crianças (creche).*

A imprevisibilidade do início e término dos tiroteios tem se tornado maior, aumentando a sensação de insegurança e impotência dos moradores, incluindo as crianças, que estão dentro das instituições, e seus familiares - o que é patente nos depoimentos a seguir.

*Como saber se lá embaixo está acontecendo um tiroteio ou se já acabou? Antes havia aviso de que haveria confronto, mas agora não (...). Crianças vivem inseguras no trajeto, pois nunca sabem quando haverá tiroteio, que muitas vezes ocorre na hora da saída (escola).*

*Só ficamos tranquilos quando chegam (creche).*

---

<sup>16</sup> O termo *violência armada* tem sido usado por organizações internacionais para realçar as graves consequências humanitárias dos confrontos com arma de fogo. No caso desta pesquisa queremos destacar que a problemática assume especial gravidade por confrontos que envolvem diferentes atores armados: tanto as forças policiais, como os grupos que atuam no tráfico de drogas.

Outro problema decorrente da violência armada é o afastamento de profissionais amedrontados pelos riscos do território: *“Tiros geram insegurança. Já perdemos professores por causa disso”* (escola).

O estado constante de estresse afeta a todos, e muito especialmente às crianças, que nas diversas ocorrências relatadas apresentam sinais como tremores, choro e ansiedade. Não foi informado haver algum tipo de abordagem desses sintomas, tampouco ações desenvolvidas entre profissionais da educação e/ou de saúde com vistas a identificar e atender às consequências emocionais dessa forma de violência.

As entrevistas mais uma vez reforçam o quanto a presença da violência armada no território afeta os moradores da Rocinha de diferentes maneiras, impactando fortemente na saúde - o estresse cotidiano e seus impactos emocionais, o maior confinamento e o aumento de tensões no espaço da casa, a convivência com a tragédia da perda de familiares e vizinhos, até a consequência fatal da morte por arma de fogo. Esse impacto é ainda maior sobre as crianças de 0 a 8 anos, que vivem fase tão crucial de seu desenvolvimento.

### **c) Instabilidade financeira**

A instabilidade financeira foi citada como fator de insegurança pela totalidade das instituições, afetando fortemente o cotidiano de trabalho.

Os representantes das creches conveniadas alegam que os convênios com a prefeitura não cobrem obras, manutenção, direitos trabalhistas, contratação de profissionais especializados, material de limpeza e alimentação, conforme exemplos a seguir.

*Falta orçamento para obras estruturais como pintura e recuperação de fachada, estruturas hidráulica e elétrica antigas. Só conseguimos quando as doações são específicas (creche).*

*A gente corre atrás, fazendo de acordo com o que aparece. Vai quebrando telha, vai comprando. Arruma um pedaço de manta e vai trocando. Mas no final do mês não fecha para pagamentos (creche).*

Para as instituições que contam com fundos externos, independente de sua origem, a remessa dos financiamentos deixa períodos com custos não cobertos. Citam também a burocracia para que recursos sejam liberados para obras e reparos: *“Há morosidade nas providências a serem tomadas, pois há necessidade de relatório de solicitação para a CRE que vai avaliar e dar andamento ao pedido caso seja aceito”* (escola).

Face à instabilidade financeira crescente foi declarado risco de fechamento por algumas instituições, envolvendo o aumento do preço de alimentos, as exigências dos convênios, o pagamento das leis trabalhistas e o aumento dos aluguéis. A diminuição do número de profissionais tem sido uma alternativa de economia, como no exemplo: *“Tivemos diminuição do número de seguranças. Inicialmente tínhamos um por andar. Hoje tem somente dois para todo o prédio”*.

A falta de recursos financeiros, assim, representa pressão constante sobre os gestores e trabalhadores das instituições, reduzindo a qualidade dos serviços ofertados, incidindo diretamente na segurança das crianças em seu sentido mais amplo.

#### **d) Fatores familiares**

A relação entre pais e filhos é base para o desenvolvimento infantil. A partir do momento que as crianças frequentam as instituições de educação torna-se também fundamental a relação entre pais e profissionais. Algumas observações foram feitas ao longo das entrevistas identificando fatores de insegurança relacionados às interações das famílias com as crianças e com as instituições.

É percebida uma ausência dos pais na circulação das crianças e no contato cotidiano com a instituição. Como já relatado no tópico **5.2.8. (Acesso)**, elas muitas vezes estão sozinhas ou acompanhadas somente de irmãos e outras crianças.

Situações de violência intrafamiliar foram mencionadas, assim como, a dificuldade da instituição em lidar com essa questão frente a ameaças dos familiares, desconhecendo os melhores procedimentos a seguir nesses casos.

*O que existem são pais inseguros que geram insegurança para nós. Abordar com os pais essas questões é sempre delicado. Tem que saber como falar com os pais e também orientar os professores (escola de arte).*

Devido à situação de pobreza extrema de muitas famílias, algumas crianças se alimentam e tomam banho apenas na creche. Nesse sentido, o risco de fechamento das mesmas pela instabilidade financeira e as alterações de qualidade ou frequência das refeições é bastante preocupante para as coordenadoras.

Embora o tema da relação com as famílias não tenha sido especialmente explorado ele é central na discussão sobre espaços seguros e abre um leque de ações possíveis e desejáveis, com efeitos importantes sobre a segurança das crianças ao longo de todo o seu desenvolvimento.

**8. OS ESPAÇOS EXTERNOS  
NA ROCINHA SÃO SEGUROS  
PARA CRIANÇAS DE 0 A 8 ANOS?**

---



Ao contrário da percepção dos entrevistados sobre as instituições como sendo espaços seguros para a primeira infância, quanto aos espaços externos da Rocinha a percepção é radicalmente outra. Foram unanimemente considerados inseguros para as crianças. A violência armada destaca-se nas entrevistas, seguida pelos problemas relacionados ao trânsito. Somadas a essas questões, destacam-se a insuficiência dos espaços de lazer e a precariedade dos existentes.

No quadro abaixo pode-se perceber o peso da violência armada e dos fatores familiares, trazidos como fatores de insegurança, tanto internos quanto externos às instituições.

**Quadro 3 - Fatores de insegurança das instituições e dos espaços externos**

	INSTITUIÇÕES	ESPAÇOS EXTERNOS
FATORES DE INSEGURANÇA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura Física</li> <li>• Violência armada</li> <li>• Instabilidade financeira</li> <li>• Fatores familiares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Violência armada</li> <li>• Trânsito</li> <li>• Precariedade e insuficiência dos espaços de lazer</li> <li>• Fatores familiares</li> </ul>

O primeiro passo na abordagem dos espaços externos foi investigar por onde circulam as crianças da Rocinha e se esses locais eram considerados seguros.

### 8.1. Espaços frequentados pelas crianças

As crianças de 0 a 8 anos não frequentam muitos espaços externos na Rocinha ou fora dela por razões familiares, sociais e culturais. Num primeiro momento, as famílias são responsabilizadas pelo confinamento em casa, mas, ao mergulhar mais fundo na questão, a insegurança dos espaços externos predomina, como mostram os exemplos a seguir:

*Os pais têm preguiça, as crianças não saem da Rocinha (creche).*

*Não vão a lugar nenhum. Se não vierem pra cá ficam na rua (escola).*

*Aqui é muito difícil. Não tem transporte (creche).*

Os espaços de frequência das crianças citados foram:

**Tabela 5 - Espaços de frequência das crianças de 0 a 8 anos na Rocinha**

<b>ESPAÇO FREQUENTADO POR CRIANÇAS</b>	<b>Nº DE CITAÇÕES</b>
Biblioteca Parque	5
Pracinhas e quadras (Cidade Nova, Roupas Sujas)	5
Praia (da Rocinha, Copacabana)	5
Complexo Esportivo	5
Casa de parentes ou vizinhos	3
Eventos dentro e fora da escola (teatro, festas, shows)	2
Igreja	1
Rinaldo de Lamare	2
Supermercado	1
Cachoeira do Parque da Cidade	1
Barca/trem, quando viaja	1

Desses espaços, foram considerados seguros para as crianças a Biblioteca Parque, as Igrejas e o Complexo Esportivo, destacando-se o comentário a seguir:

*Considero seguros os que são áreas fechadas, com administração, planejamento, participação de forma ordenada (faixa etária, horário). O Complexo Esportivo é um centro bem interessante, com muita coisa acontecendo, inclusive para os pais (escola).*

A praia foi considerada segura pela maioria, contanto que se vá com estrutura de segurança para grupos de crianças, que haja guarda-vidas, que elas sejam acompanhadas e cuidadas e que não haja *arrastão*.

Foram identificados como inseguros o bairro de Copacabana, por causa dos assaltos, os trajetos e as praças abertas dentro da Rocinha, sujeitas a confrontos e ações policiais, as estruturas precárias das pracinhas e das ruas e o Parque Ecológico, como visto nos depoimentos a seguir.

*Aqui na Rocinha não tem segurança para as crianças. Na rua não é seguro. Não tem nem praça, vai ficar é na rua (creche).*

*Só têm brinquedos quebrados, sem manutenção. No Parque Ecológico eu mesma tenho bloqueio de ir. Fica dentro da UPP, dentro do mato. Tem uma cultura ali de tortura e humilhação (instituição religiosa).*

O Parque Ecológico é um espaço desconhecido da maioria dos entrevistados, sem frequência de crianças e, de modo geral, foi considerado inseguro.

A coordenadora de uma das escolas da área artística comenta que, “*para quem está inserido*”, a Rocinha é segura. Porém, vê-se certa ambiguidade na medida em que o título de “seguro” é condicionado a períodos de paz na comunidade. Algo similar é afirmado pela entrevistada de uma escola que diz sentir-se mais segura dentro da Rocinha do que fora. Porém, conclui, de forma irônica: “*São seguros, tirando os tiros... (risos)*”.

## **8.2. Fatores de insegurança dos espaços externos**

Mergulhando mais a fundo na percepção dos entrevistados sobre a insegurança dos espaços externos da Rocinha, voltam a aparecer os temas fundamentais, organizados nas categorias a seguir.

### a) Violência armada

Fator predominante de insegurança dos espaços externos, a violência armada afeta seriamente a circulação das crianças e de suas famílias, assim como, a rotina das instituições. Segundo os participantes da pesquisa ela tem piorado nos últimos anos, encontrando-se numa fase especialmente difícil, devido aos novos atores que participam do tráfico de drogas e de sua repressão, além de maior imprevisibilidade das ocorrências: *“O tiroteio piorou bastante. Agora não existem códigos para orientação do que está por vir”* (creche); *“Antes a ‘boca’ ficava na porta, mas negociavam os horários de interesse de cada um”* (creche).

É sabido que o perigo da violência armada se deve às disputas por território entre gangues de tráfico rivais e também às operações policiais. O grau de risco desse tipo de violência depende muito das políticas de segurança em curso e da natureza dos comandos dos grupos armados. Na gestão das forças policiais não tem havido respeito ao princípio humanitário básico de cuidado e proteção à população não envolvida nos conflitos, como destacado na citação: *“Tem incursões policiais nos horários de ida para a escola”* (creche).

Esse tipo de violência vai gerando um estado permanente de estresse para adultos, crianças e profissionais das instituições, engendrando estratégias intuitivas de proteção nem sempre adequadas e eficazes: *“Seguro as crianças até os pais virem buscar. Saem mais cedo, faltam muito...”* (creche); *“Se tem tiroteio, onde está, fica”* (creche).

A questão da violência armada gera impotência nos interlocutores das diferentes áreas, sendo difícil visualizar caminhos de melhoria. Porém, deve ser enfrentada com prioridade, envolvendo os diferentes setores que podem aportar pequenas e significativas mudanças – pois, além de ferimentos e mortes, a violência gera danos emocionais críticos, afetando o desenvolvimento infantil e interferindo na qualidade dos serviços voltados para a primeira infância.

## b) Trânsito

É sabido que o trânsito no Brasil ainda é a principal causa de morte acidental de crianças até 14 anos de idade. Os atropelamentos de pedestres são parte importante das cifras. Constituem mortes facilmente evitáveis com medidas relativamente simples que envolvem a regulação do trânsito e os cuidados com a circulação das crianças de até 10 anos, especialmente.

O perigo no **trânsito** nas vias da Rocinha destacou-se fortemente nos discursos dos entrevistados, conforme apresentado no tópico **5.2.8 (Acesso)**. Eles apontaram os riscos da alta circulação de veículos, ônibus e motos, desordenadamente. Segundo os entrevistados, há pouca regulação dessa circulação, quase não havendo calçadas nem agentes de trânsito. Atravessar as ruas mais movimentadas gera insegurança, pois não há faixas, visibilidade nem sinais de trânsito na maior parte do trajeto no qual os veículos vêm em diferentes direções e nos dois sentidos. Os ônibus e vans andam em alta velocidade a despeito da insegurança das vias íngremes e com curvas perigosas. Os moradores já testemunharam uma série de acidentes envolvendo crianças e muito pouco tem mudado nos últimos anos.

## c) Fatores familiares

A questão familiar não foi foco específico de atenção dessa pesquisa, mas no debate sobre os fatores de insegurança ela apareceu, tanto como fator interno da instituição, como externo. Não foi possível explorar detalhadamente a perspectiva das instituições sobre as famílias, e por essa razão apresentam-se somente os comentários realizados pelos entrevistados. É importante considerar que essas observações não podem ser generalizadas às famílias da Rocinha, nem mesmo àquelas em situação mais vulnerável, e tampouco ampliadas como perspectiva de todas as instituições.

A violência intrafamiliar foi uma das referências presentes ao identificar a família como fator de insegurança. Embora as formas de violência física e psicológica sejam fonte de preocupação, a questão mais destacada foi a ausência dos pais no

cotidiano das crianças. Observa-se pouca disponibilidade de certas famílias para acompanhá-las nas atividades de lazer na própria instituição, e no acesso à mesma, para encaminhamentos de saúde e no cotidiano da casa, propiciando a ocorrência de acidentes e aumentando a insegurança dos espaços. Essa impressão baseou-se em casos relatados, não se estendendo ao conjunto de famílias que de fato fazem significativos esforços para compensar a falta de suporte das instituições e das políticas públicas no seu cotidiano. Como ressaltado por uma das coordenadoras de creche, os espaços tornam-se muito mais seguros *“se os pais cuidarem, brincarem com as crianças. Em qualquer lugar os pais têm que estar interagindo”*.

Segundo um representante da biblioteca, muitos pais dizem que não frequentam o local por cansaço e pela carga de trabalho diário. Mas, além desses fatores, outras observações indicam que a desinformação sobre a importância crucial da interação com a criança e com aqueles que estão com ela também influencia na menor presença dos pais nas atividades cotidianas e na frequência aos espaços de lazer.

Somadas às rotinas de trabalho sobrecarregadas e à desinformação, para além da negligência - difícil de identificar em contextos mais vulneráveis, as condições sociais pesam como fator de risco. Para uma das entrevistadas, nas condições desfavoráveis em que vivem, a instituição é fator de segurança fundamental para a criança e a família: *“É muita pobreza na casa deles! Tem crianças que a mãe dá graças a Deus de estar aqui, porque é onde eles se alimentam”*. A situação representa risco maior na medida em que as creches permanecem um longo período fechadas nas férias de fim de ano. Como consequência da vulnerabilidade das famílias também foi citada a circulação livre e autônoma das crianças pelas ruas: *“Criança pequena, descalça, pedindo dinheiro para comer, debaixo de marquise, na Curva do S<sup>17</sup>. Por isso vão parar onde vão parar. Tem criança pequena misturada. Penso nos meus netos...”* (creche).

---

<sup>17</sup> Trecho da estrada da Gávea de alta sinuosidade e risco de acidentes.

O envolvimento das crianças no tráfico de drogas e a violência sexual sofrida nos becos de menor circulação foram reportados como consequência de situações de abandono parental.

Além de mudanças sociais importantes em longo prazo, a articulação intersetorial e um trabalho imediato de orientação e apoio às famílias podem diminuir significativamente os riscos no contexto estudado.

**9. COMO TORNAR OS ESPAÇOS DA ROCINHA  
MAIS SEGUROS PARA CRIANÇAS  
DE 0 A 8 ANOS? \_\_\_\_\_**



Além de identificar os fatores de insegurança da instituição e dos espaços externos, os entrevistados foram convidados a identificar que mudanças deveriam ser feitas para tornar os espaços mais seguros em seu sentido mais amplo. Procurou-se aqui manter a lógica dos discursos, ainda que se apresentem estratégias em diferentes níveis e ainda pouco detalhadas. As recomendações dos participantes da pesquisa mostraram-se contundentes, refletindo a perspectiva dos autores. Demanda-se, porém, como um próximo passo, traçar estratégias em curto e médio prazo para o alcance das mudanças sugeridas.

### 9.1. As instituições

Para qualificar a instituição como espaço seguro para as crianças, a maioria dos entrevistados enfatizou a intervenção sobre a **estrutura física**, principal fator de insegurança interno, que está relacionada à melhoria da estabilidade financeira. A necessidade de realização de obras internas e externas se evidencia na visita às instituições. Os problemas de estrutura apresentados contrastam com o cuidado na adaptação do espaço às crianças pequenas e o capricho com que decoram as creches e escolas.

A principal sugestão apresentada para viabilizar as obras é a atenção maior do poder público a essas dificuldades, que pode ser traduzida no aumento de aporte financeiro da prefeitura e na diminuição da burocracia para fazer consertos e reformas estruturais, reconhecendo que os problemas colocam em risco a saúde das crianças e reduzem o uso do espaço, limitando o número de vagas. Ainda que um aumento dos valores *per capita* por criança dependa de condições específicas de difícil deliberação, seria fundamental a existência de fundos destinados para manutenção e reformas do espaço físico.

Uma maior estabilidade financeira das creches, pré-escolas, escolas públicas ou conveniadas e de espaços como a biblioteca pública permitiria, ao mesmo tempo, a contratação dentro das leis trabalhistas de um número adequado de profissionais, além da capacitação dos mesmos, conforme preconizado pela LDB.

No que diz respeito à ampla gama de riscos relacionados à **violência armada**, os representantes das instituições visualizaram poucos caminhos de ação, mas frisaram a necessidade urgente de cessar os tiroteios decorrentes das operações policiais. Questionaram-se se seria possível negociar com os comandos de polícia os horários e locais de intervenção, para que ocorram fora do horário escolar, especialmente no acesso das crianças, diminuindo assim a exposição das mesmas à violência armada.

Com relação aos fatores familiares, foi mencionada a necessidade de que haja maior apoio aos pais. As reuniões regulares realizadas com os responsáveis são o momento que as instituições usam para a orientação das famílias, sugerindo-se qualificá-lo ao máximo. Reforçaram a importância de que o espaço institucional esteja sempre aberto a sua circulação e que os profissionais tenham orientação sobre como lidar com os casos de violência intrafamiliar e como acompanhar a família quando apresentam-se questões de desenvolvimento, comportamento e aprendizado das crianças.

## 9.2. Os espaços externos

**A diminuição da violência armada** e a **ordenação do trânsito** destacaram-se na proposição de soluções para a melhoria das condições de segurança nos espaços externos.

No que diz respeito à redução da violência armada e suas consequências, os entrevistados propõem medidas básicas, mas desafiadoras, como a redução da corrupção policial, defendendo o seu papel efetivo e o respeito aos direitos humanos quando em operação no bairro. Os exemplos são contundentes.

*A polícia precisava ser polícia mesmo (escola de arte).*

*Hoje mete o pé, faz reboliço, casa arrombada... Foi polícia. Cara que era pra me proteger tá me agredindo? Inversão de valores (creche).*

*Para ter pacificação tem guerra. Estão fazendo a guerra deles. (...) Favela não é feita de estradas, mas de becos e vielas onde moradores são esculachados dentro da própria casa (instituição religiosa).*

Foi referido um encontro realizado em 2015 entre o subtenente responsável pela UPP, moradores e lideranças de instituições, para discutirem a possibilidade de negociação de horários e espaços para as incursões policiais na Rocinha, mas não foi possível identificar seguimento nem resultados.

Demonstrou-se também a preocupação com o ingresso das crianças e adolescentes no tráfico de drogas, sugerindo-se investimento em longo prazo na **melhoria da educação** para que se torne mais atraente e eficaz na transmissão de valores e atitudes. Recomendou-se o aumento do tempo de permanência das crianças nas instituições, a diversificação de atividades, a qualificação dos profissionais e o estabelecimento de parcerias, por exemplo, entre creches, escolas e biblioteca – *“Quando estão no período da creche estão mais seguras, mas quando acaba, fica solto, ocioso”* (creche).

Segundo um interlocutor de uma das escolas, ainda faltam creches e escolas na comunidade. Ele considera que mais andares do prédio Rinaldo de Lamare poderiam se tornar creches. Como agravante, observa-se que as creches comunitárias estão aos poucos desaparecendo, e que tem diminuído o número de crianças e de turmas, por falta de recursos.

Ainda no sentido de prevenção do ingresso no tráfico de drogas, foi considerada a importância de um melhor suporte para os adolescentes da Rocinha, com atenção à saúde e capacitação profissional. Nessa mesma perspectiva, não apenas a educação pública precisa melhorar, como também a **educação familiar**, posto que *“a segurança tem que vir de dentro de casa”* (escola de arte). Argumenta-se haver um contraste entre a educação no contexto das instituições e no ambiente doméstico – *“Aqui tem como eles falarem. Em casa tem que calar a boca”* (escola de arte).

Os entrevistados advogaram também a **melhor administração dos espaços públicos**. Sugerem a construção de mais espaços de lazer e a manutenção

periódica das praças. Segundo eles, deveria haver maior atuação da Região Administrativa<sup>18</sup> local nesse sentido, e também na **ordenação do trânsito**. Demanda-se maior presença do poder público por meio de suas secretarias e órgãos de administração, maior regulamentação, fiscalização, colocação de quebra-molas, disposição de agentes de trânsito próximos às instituições, diminuição da circulação de mototáxis e a educação de motoristas de ônibus e motos.

### 9.3. Síntese das recomendações

#### a) Reduzir a exposição das crianças à violência armada

- Melhoria da atuação da polícia com a redução da corrupção e do desrespeito aos direitos humanos;
- Negociação de horários e locais de operações policiais;
- Melhoria da atuação das instituições para crianças de 0 a 8 anos por meio de parcerias e projetos de arte, esporte e cultura, visando reduzir o tempo de estadia na rua;
- Multiplicação das instituições para crianças de 0 a 8 anos na Rocinha;
- Prevenção do ingresso de crianças e adolescentes na criminalidade por meio de programas de suporte para adolescentes nas áreas de saúde e capacitação profissional.

#### b) Melhorar a estabilidade financeira dos espaços existentes

- Aumento do aporte financeiro da prefeitura;
- Realização de obras internas e externas;

---

<sup>18</sup> O município do Rio de Janeiro é dividido em 7 subprefeituras: Barra e Jacarepaguá, Centro e Centro Histórico, Grande Tijuca, Ilha do Governador, Zona Sul, Zona Oeste, Zona Norte, e subdividido em 33 Regiões Administrativas (RAs), sendo a XXVII responsável pela Rocinha. A RA é o órgão de representação do Prefeito e de coordenação e supervisão da atuação dos demais órgãos do Poder Executivo na área de sua circunscrição.

- Aumento de salários e regularização da situação trabalhista dos funcionários;
- Investimento em contratação de profissionais qualificados (mediadores, psicólogos, fonoaudiólogos, professores de educação infantil, seguranças);
- Investimento em material pedagógico, equipamentos, material de limpeza;
- Investimento em ampliação das salas nas escolas.

#### **c) Ordenar o Trânsito**

- Colocação de mais agentes de trânsito próximo às instituições;
- Intervenção nas vias de acesso: quebra-molas e sinais;
- Melhoria da fiscalização;
- Diminuição da circulação de mototáxis;
- Melhoria da educação dos motoristas de ônibus e motos.

#### **d) Criar e manter espaços de lazer**

- Criação de novos espaços;
- Manutenção dos espaços existentes;
- Melhoria da administração dos espaços públicos.

#### **e) Orientar as famílias**

- Criação de programas de orientação das famílias na perspectiva de prevenção da violência e da maior participação na vida das crianças.

## 10. REFLEXÕES PARA OS PRÓXIMOS PASSOS

---



Existe uma quantidade expressiva de instituições voltadas para a primeira infância na Rocinha, que contrasta com outros bairros e favelas da cidade. Mas, os problemas e riscos identificados no espaço externo e a necessidade das famílias contarem com espaços seguros para suas crianças revelam que são ainda insuficientes.

Chama atenção que para os representantes das instituições os problemas referentes ao lixo e à falta/precariedade de saneamento básico tenham sido menos referidos como fatores de insegurança para as crianças. Cabe considerar que o risco representado pela presença da violência armada na comunidade é de tal magnitude que parece fazer sombra sobre os demais riscos. A indignação frente a essa forma de violência vem acompanhada de uma grande impotência no discurso dos entrevistados.

No seu cotidiano, entretanto, as instituições não cessam de criar estratégias de proteção das crianças e dos seus funcionários face aos confrontos armados, à presença do tráfico de drogas e da polícia, que também representa ameaça. Elas se estabelecem a partir da experiência de vida dos coordenadores e professores que são, em sua maioria, moradores da Rocinha. Mas, serão essas as estratégias mais seguras? O problema da violência armada tem sido pensado coletivamente, racionalizado e discutido com os moradores e as autoridades, buscando-se estratégias de parte a parte? Tem havido interlocução com as demais organizações que atuam na defesa dos direitos humanos e na proteção da população? Para que os espaços institucionais e externos possam ser pensados de forma segura para as crianças há que se enfrentar esse difícil processo de melhoria da segurança pública para todos os moradores.

As Clínicas da Família abrangem todo o território da Rocinha, atuando numa perspectiva de prevenção e promoção da saúde integral. Sua relação com os profissionais das creches, escolas e demais instituições entrevistadas embora presente, tem ainda potencial de crescimento, sobretudo na educação para a saúde, envolvendo a orientação das famílias.

Pesquisas na área de violência e saúde indicam, por exemplo, que a forma mais eficaz de prevenção ao envolvimento de crianças e jovens como autores e vítimas de violência é o acompanhamento e orientação das famílias, desde a gestação e ao longo dos primeiros anos de desenvolvimento da criança. Essa missão tem sido assumida de algumas maneiras pelos coordenadores das instituições participantes dessa pesquisa, mas pode e deve obter maior amplitude a partir de novos projetos e parcerias.

Com relação à melhoria das condições das creches conveniadas, as coordenadoras não apresentaram perspectivas muito concretas, tamanho é o esforço que fazem para se manter financeiramente no seu cotidiano. Com tantas adversidades, conseguem desenvolver um trabalho da maior importância, garantindo um patamar de segurança para as crianças e para o seu acesso à creche. São profissionais experientes, em sua maioria qualificados e com longa história de atuação na Rocinha pelo direito à educação, atores fundamentais na busca da construção de espaços seguros no bairro.

A promoção de espaços seguros para as crianças na Rocinha representa um longo caminho, que já vem sendo percorrido há longa data, apesar dos desafios hoje enfrentados. Esse caminho deve continuar a ser trilhado com a mobilização dos moradores e sua articulação com as diferentes Secretarias em busca de soluções - Segurança Pública, Transportes, Esporte e Lazer, Cultura, Educação, Assistência e Saúde, entre outras.

Concluindo, as instituições identificadas nesse estudo são espaços cruciais para o suporte e atendimento às crianças da Rocinha em seu cotidiano, melhorando consideravelmente o contexto para o seu desenvolvimento. Porém, grande parte delas enfrenta sérios problemas de sustentabilidade e manutenção da qualidade dos serviços oferecidos, além de servir somente a uma fração das crianças da comunidade. As condições externas trazem problemas adicionais a essas organizações, ameaçando o bem-estar das crianças e até mesmo suas vidas, diariamente. Para enfrentar esses desafios, as recomendações trazidas por esse estudo devem ser contempladas como prioridade pelas instâncias responsáveis.

O Rio de Janeiro tem estratégias em andamento para assegurar os direitos das crianças nas políticas públicas e na sua gestão. O Plano Municipal Pela Primeira Infância do Rio de Janeiro - PMPI (deliberação N.º 1.042/2013), aprovado no dia 11 de novembro de 2013 na assembleia geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA-Rio), traz uma agenda de compromissos para a sociedade. Ela foi fruto de um intenso processo de análises e discussões que envolveu organizações da sociedade civil e governamentais, além de crianças de diferentes contextos. As ações que constam do PMPI refletem direitos assegurados na Constituição e nas leis brasileiras, ainda não garantidos, como pudemos constatar no cenário pesquisado. Concretizar as prioridades do PMPI incidirá diretamente nas demandas identificadas na Rocinha, como observado no recorte de prioridades apresentado no quadro a seguir.

**Quadro 4 - Prioridades destacadas do PMPI, por eixos**

<b>EIXO DO PMPI</b>	<b>PRIORIDADES</b>
<b>SAÚDE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar atividades nas unidades de saúde e na comunidade para fortalecer vínculos entre pais e filhos e promover a reflexão sobre a educação sem violência e a cultura de paz.</li> <li>- Desenvolver projetos de prevenção de acidentes, com ênfase nos acidentes domésticos, acidentes em Espaços de Desenvolvimento Infantil, nas creches e pré-escolas.</li> </ul>
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir o acesso de crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses ao atendimento em creches e pré-escolas públicas, de acordo com a demanda por bairro e região do município, com planejamento e ações articuladas.</li> <li>- Garantir a infraestrutura dos estabelecimentos de acordo com os Parâmetros de Infraestrutura e dos Indicadores de Qualidade do Ministério da Educação (...).</li> <li>- Assegurar que as creches conveniadas tenham repasses de recursos suficientes para garantir a qualidade necessária ao atendimento da primeira infância.</li> </ul>
<b>CULTURA E ESPORTE/LAZER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar o número de espaços de circulação abertos e seguros, como praças e jardins, onde se dá a convivência com a natureza e com as várias faixas etárias, em todos os bairros, valorizando as iniciativas culturais locais.</li> </ul>

<b>CIDADE/ESPAÇO URBANO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir transporte público de qualidade e seguro adequado às especificidades das crianças na primeira infância.</li> <li>- Garantir a segurança nos bairros e nas favelas, instalando mais equipamentos de moderação de tráfego, próximos aos espaços de circulação de crianças; melhorando a iluminação das ruas e a qualidade das calçadas.</li> </ul>
<b>PREVENÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar ações de segurança pública que considerem as especificidades das crianças na primeira infância.</li> <li>- Garantir a implementação de ações de suporte às famílias e às comunidades voltadas para o cuidado das crianças, tendo em vista seu desenvolvimento integral e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária.</li> <li>- Promover formação interdisciplinar e continuada aos profissionais de diferentes setores que atuam direta e indiretamente com crianças na primeira infância e seus familiares, visando prevenir as diferentes formas de violência contra as crianças.</li> </ul>

O PMPI pode e deve, portanto, ser utilizado pelos moradores e organizações sociais voltadas para a primeira infância como instrumento de negociação com os gestores públicos. Embora sua aprovação tenha constituído um passo importante na priorização da criança na primeira infância, sua implementação depende agora de um processo de divulgação, mobilização e articulação.

O CIESPI/PUC-Rio, junto a outros atores, tem realizado o GT de implementação do PMPI, e participado do CMDCA-Rio em prol das pautas do Plano, proposto reuniões com pesquisadores, gestores e governantes, além de seguir com o trabalho de fortalecimento de lideranças da Rocinha com essa e outras pesquisas e ações.

O processo reflexivo sobre os espaços seguros para a primeira infância, proporcionado pela pesquisa apresentada pôde abrir algumas janelas em meio à desesperança, estimulando um processo reflexivo que permitiu aos participantes uma perspectiva diferenciada que conduziu a importantes recomendações. A expressão “espaços seguros” demonstrou ser um bom disparador para pensar a primeira infância e promete, na sequência de debates gerados por esse projeto, auxiliar na articulação de ações e na mobilização em prol das crianças de 0 a 8 anos em comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro.

## BIBLIOGRAFIA

---

AMARAL, A. **Professores de creches conveniadas: identidades em construção no município de Niterói**. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GLENNY, M. **One Man and the Battle for Rio**. London: The Bodley Head, 2015.  
FNDE; MEC; SEC; TEMPO E PRESENÇA; UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DA ROCINHA . **Varal de Lembranças**. Histórias da Rocinha. Rio de Janeiro: CEDI, 1983.

## SITES CONSULTADOS

---

AMBIENTE DA PRIMEIRA INFÂNCIA. Disponível em:  
<[http://www.ciespi.org.br/primeira\\_infancia/politicas-e-programas/programas](http://www.ciespi.org.br/primeira_infancia/politicas-e-programas/programas)>.  
Acesso em: 20 junho 2016.

CADERNOS DE ESTATÍSTICAS E MAPAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. (Apresentação PPT). Disponível em:  
<[http://redeotics.org/cemapsrio/ap21/ap21\\_br.pdf](http://redeotics.org/cemapsrio/ap21/ap21_br.pdf)>. Acesso em: 4 maio 2016.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Art. 208, inciso IV da Constituição Federal, 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>.  
Acesso em: 10 abril 2016.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 10 abril 2016.

LEGISLAÇÃO SOBRE INCLUSÃO. Disponível em: <<http://inclusaoja.com.br/legislacao>>.  
Acesso em: 8 maio 2016.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB). Disponível em:  
<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>>.  
Acesso em: 10 abril 2016.

RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO URBANO, AMBIENTAL E SOCIAL DA ROCINHA. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Diagnostico-Rocinha.pdf>>. Acesso em: 10 março 2016.

ROCINHA FAVELA WEEKLY, HEALTH ISSUES IN ROCINHA. Disponível em:  
<<http://rocinhafavela.weebly.com/health-issues.html>>. Acesso em: 1 abril 2016.

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO. Deliberação N.º 1.042/2013. Aprovado em 11 de novembro de 2013. Disponível em:  
<[http://www.ciespi.org.br/images/pdfs/PMPI\\_CMDCA\\_2013\\_comissao\\_redacao%20final\\_IR\\_CP\\_21\\_nov\\_5.pdf](http://www.ciespi.org.br/images/pdfs/PMPI_CMDCA_2013_comissao_redacao%20final_IR_CP_21_nov_5.pdf)>. Acesso em: 10 junho 2016.

PROJETOS ACORDA CAPOEIRA, PEQUENOS POETAS DA ROCINHA E ESCOLINHA DE BODYBOARD (vídeos "Tagarela"). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c-8CyorU39E>>. Acesso em: 10 maio 2016.

MICHAELIS DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 25 julho 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Matrículas em creches públicas. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/porta1-brasil-esclarece-duvidas-sobre-matriculas-em-creches-publicas>>. Acesso em: 12 maio 2016.